Mesa
05/11/2024
14h35m

PARLAMENTO NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

ANUNCIADO
.../.../...
O Presidente

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

PROPOSTA DE LEI N.º 12/VI (2ª)

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2025

PARECER SETORIAL

ÍNDICE

I. CONSIDERANDOS PRÉVIOS 3
1. Admissão da proposta 3
2. Entrada, admissão e baixa às Comissões 4
3. Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género 4
4. Departamentos do Governo, órgãos e serviços da Administração Pública cujos orçamentos foram analisados pela Comissão F 5
5. Relator 5
II. ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL E LEGAL 6
1. Enquadramento Constitucional 6
2. Enquadramento Legal 6
III. OS TRABALHOS DA COMISSÃO 6
1. Iniciativas realizadas pela Comissão 6
2. Audiências Públicas 7
IV. ANÁLISE DA PROPOSTA ORÇAMENTAL 8
1. SECRETARIA DE ESTADO DA IGUALDADE (SEI) 8
2. MINISTÉRIO COORDENADOR DOS ASSUNTOS SOCIAIS (MCAS) 11
3. INSTITUTO NACIONAL PARA A DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS (INDDICA) 13
4. INSTITUTO NACIONAL DE COMBATE AO HIV-SIDA (INCSIDA) 16
5. UNIDADE DE MISSÃO PARA O COMBATE AO STUNTING (UNMICS) 18
6. MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E INCLUSÃO (MSSI) 21
7. CENTRO NACIONAL DE REABILITAÇÃO (CNR) 27
8. INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL (INSS) E FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL (FRSS) 30
9. GABINETE DE APOIO À SOCIEDADE CIVIL (GASC) 33
10. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS) 36
11. HOSPITAL NACIONAL GUIDO VALADARES (HNGV) 45
12. INSTITUTO NACIONAL DE FARMÁCIA E PRODUTOS MÉDICOS (INFPM) 48
13. INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA DE TIMOR-LESTE (INSPTL) 50
14. SERVIÇO NACIONAL DE AMBULÂNCIAS E EMERGÊNCIA MÉDICA (SNAEM) 53
15. MINISTÉRIO PARA OS ASSUNTOS DOS COMBATENTES DA LIBERTAÇÃO NACIONAL (MACLN) 54
16. AUDIÊNCIA COM EAST TIMOR TRADING E REDE BA SAÚDE 58
17. ORÇAMENTO SENSÍVEL AO GÉNERO 60
18. CONCLUSÕES 61
V. RECOMENDAÇÕES 62
VI. PARECER 65
VII. APROVAÇÃO DO PARECER 65

CONSIDERANDOS PRÉVIOS

1. Admissão da proposta

A Proposta de Lei n.º 12/VI (2ª) – Orçamento Geral do Estado para 2025 –, doravante designada abreviadamente por PPL, foi apresentada pelo IX Governo Constitucional ao Parlamento Nacional, no exercício da competência legislativa conferida pela alínea c) do número 1 do artigo 97º e do artigo 115º, ambos da Constituição da República, no dia 1 de outubro de 2024.

Após dar entrada no Parlamento Nacional, a proposta de lei (PPL) foi remetida à Divisão de Apoio ao Plenário (DIPLEN) para registo, numeração e elaboração de nota de admissibilidade, ao abrigo do disposto no artigo 4º alíneas f) e i) do Regulamento das Competências das Divisões do Secretariado-Geral do Parlamento Nacional.

A PPL tem por objeto estabelecer as receitas e despesas dos órgãos e serviços do Setor Público Administrativo para o ano orçamental de 2025, sendo composto pelo Orçamento de Administração Central, pelo Orçamento da Segurança Social e pelo Orçamento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.

Nos termos do número 2 do artigo 40º da Lei de Enquadramento Orçamental, a proposta de lei do OGE é acompanhada do relatório, dos desenvolvimentos orçamentais e dos elementos informativos.

A PPL contém um articulado composto por 9 artigos e 1 anexo com 12 tabelas orçamentais das receitas e despesas do Setor Público Administrativo. A PPL cumpre todos os requisitos formais, conforme explanado na Nota de Admissibilidade emitida pela DIPLEN, de 3 de outubro de 2024.

2. Entrada, admissão e baixa às Comissões

Nos termos do disposto nos artigos 163.º e 164.º do Regimento do Parlamento Nacional, compete às Comissões Especializadas Permanentes, no âmbito do procedimento legislativo de aprovação do OGE, elaborar um Parecer Setorial a remeter, posteriormente, à Comissão de Finanças Públicas. Assim, à Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género – Comissão F, compete elaborar o respetivo Parecer Setorial na parte referente às áreas da sua competência material. Nos termos dos artigos 35.º e 164.º do Regimento do Parlamento Nacional, no âmbito da apreciação da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado, as Comissões Especializadas Permanentes convocam as reuniões que julguem necessárias com a participação de membros do Governo, recebem informações destes, convocam titulares de órgãos da Administração Pública.

3. Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

De acordo com o Anexo I da Deliberação do Parlamento Nacional n.º 3/2023, de 3 de julho, que constituiu as Comissões Especializadas Permanentes, são as seguintes as áreas de competências da Comissão F:

a) Saúde;
b) Segurança Social;
c) Crianças;
d) Terceira idade;
e) Cidadãos portadores de deficiência;
f) Combatentes da luta pela libertação nacional;
g) Igualdade de género;
h) Inclusão e não discriminação.

4. Departamentos do Governo, órgãos e serviços da Administração Pública cujos orçamentos foram analisados pela Comissão F

São os seguintes os departamentos do Governo e os órgãos e serviços da Administração Pública cujos orçamentos foram analisados pela Comissão F:

1. Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais (MCAS);
2. Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (MSSI);
3. Ministério da Saúde (MS);
4. Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional (MACLN);
5. Secretaria de Estado da Igualdade (SEI);
6. Instituto Nacional para a Defesa dos Direitos das Crianças (INDDICA);
7. Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA (INCSIDA);
8. Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV);
9. Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos (INFPM);
10. Instituto Nacional de Saúde Pública de Timor-Leste (INSPTL);
11. Instituto Nacional de Segurança Social (INSS);
12. Fundo de Reserva da Segurança Social (FRSS);
13. Serviço Nacional de Ambulâncias Emergência Médica (SNAEM);
14. Centro Nacional de Reabilitação (CNR);
15. Gabinete de Apoio à Sociedade Civil (GASC);
16. Unidade de Missão para o Combate ao *Stunting* (UNMICS).

5. Relator

Ao abrigo do nº 3 do artigo 34º do Regimento do Parlamento Nacional foi designado o relator Deputado Leandro Lobato.

I. ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL E LEGAL

1. Enquadramento Constitucional

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL) inclui a aprovação do Orçamento Geral do Estado no domínio de competência legislativa absolutamente reservada do Parlamento Nacional, consoante o disposto na alínea d) do artigo 115.º e no artigo 145.º da Constituição.

A competência legislativa assim estabelecida é exercida através da aprovação ou da alteração da Lei do Orçamento Geral do Estado para um determinado ano financeiro. A sua concretização faz-se, pois, através de lei.

2. Enquadramento Legal

Em matéria de direito substantivo, além de enquadrado pela Constituição, o regime orçamental encontra-se regulado pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da Gestão Financeira Pública, alterada pela Lei n.º 17/2023, de 29 de agosto.

No caso em apreço, por se tratar de legislar em matéria orçamental, a iniciativa legislativa está reservada exclusivamente ao Governo, consoante o disposto nos artigos 97.º, n.º 1, alínea c), 115.º, n.º 1, alínea d), 145.º, n.º 1, da CRDTL e no artigo 162.º do RPN.

II. OS TRABALHOS DA COMISSÃO

1. Iniciativas realizadas pela Comissão

A Comissão realizou, no âmbito da instrução do procedimento legislativo, as seguintes atividades:

a) Análise da execução orçamental de 2024, preparada pelas assessoras da Comissão F;

b) Estudo e análise da proposta de lei do orçamento para 2025 e dos documentos orçamentais que a acompanham;
c) Audiências públicas com os representantes das principais instituições públicas acima mencionadas.

2. Audiências Públicas

Nos termos da legislação aplicável, foram realizadas audiências com todos os Ministérios, Secretarias de Estado, Órgãos e Serviços da área de competência da Comissão F, com vista à apresentação do relatório de execução do OGE 2024, bem como à apresentação da proposta do OGE 2025. As audiências públicas foram realizadas entre os dias 21 e 25 de outubro de 2024.

Além disso, a Comissão F recebeu da Child Fund e FONGTIL um documento onde, entre outros, são apresentadas algumas recomendações relativas ao OGE de 2025.

O calendário das audiências públicas realizadas foi o seguinte:

Data	Horas	Local	Entidades
Segunda-feira, 21/10/2024	09h30	Sala do Ex-Edifício do Ministério das Finanças	• Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais (MCAS) • Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA (INCSIDA) • Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança (INDDICA) • Unidade de Missão para o Combate ao *Stunting* (UNMICS)
	14h30		• Secretaria de Estado da Igualdade (SEI) • PNTL – VPU Nacional
Terça-feira, 22/10/2024	09h30	Sala do Ex-Edifício do Ministério das Finanças	• Ministério da Saúde (MS) • Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos (INFPM) • Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV) • Instituto Nacional de Saúde Pública de Timor-Leste (INSP-TL) • Serviço Nacional de Ambulâncias e Emergência Médica (SNAEM)

Quarta-feira, 23/10/2024	14h30	Sala do Ex-Edifício do Ministério das Finanças	• Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional (MACLN)
Quinta-feira, 24/10/2024	09h30	Sala do Ex-Edifício do Ministério das Finanças	• Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (MSSI) • Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) • Centro Nacional de Reabilitação (CNR)
	14h30		• Gabinete de Apoio à Sociedade Civil (GASC)
Sexta-feira, 25/10/2024	09h30	Sala do Ex-Edifício do Ministério das Finanças	• East Timor Trading • Rede ba Saúde • FONGTIL
Terça-feira, 29/10/2024	09h30	Sala do Ex-Edifício do Ministério das Finanças	• Apreciação e aprovação do Parecer Setorial da PPL N.º 12/VI (2.ª).

III. ANÁLISE DA PROPOSTA ORÇAMENTAL

1. SECRETARIA DE ESTADO DA IGUALDADE (SEI)

Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão	$2,138,813.00	$34,539.40	$176,380.60	$1,460,231.80	$467,661.20	76.5%
CATEGORIA	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salários e Vencimentos	$775,247.00	$.00	$.00	$609,261.35	$165,985.65	78.6%
Bens e Serviços Correntes	$886,616.00	$10,539.40	$34,255.60	$648,490.45	$193,330.55	77.0%
Transferências Públicas	$250,000.00	$24,000.00	$.00	$154,000.00	$72,000.00	61.6%
Capital Menor	$226,950.00	$.00	$142,125.00	$48,480.00	$36,345.00	84.0%

O OGE para 2024 referente à SEI foi de $2.138.813. A execução orçamental para a SEI, até 18 de outubro de 2024 foi de 76,5% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global à SEI de $1.835.595, o que resulta numa redução de 14,18%, relativamente ao montante previsto no OGE para 2024. A proposta de dotação orçamental da SEI para 2025 foi dividida em dois programas – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Inclusão Social, 10 subprogramas e 19 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de $1.036.317, registando um aumento de 10,86% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024, e para o programa de Inclusão Social propõe-se um orçamento de $799.278, registando uma redução de 33,62% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024.

Relativamente às categorias, verifica-se um aumento considerável no valor de $144.103,00 na categoria Salários e Vencimentos, redução de 14,39% e de 33,33% nas categorias Bens e Serviços e Transferências Públicas e a eliminação da categoria Capital Menor.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- A audiência com a SEI contou com a participação de membros do GMPTL.
- Foi esclarecido que o saldo remanescente na categoria Salários e Vencimentos destina-se ao pagamento dos salários dos funcionários da SEI dos restantes meses até ao final do ano 2024, e o saldo da categoria Bens e Serviços será utilizado nas atividades que ainda se vão realizar este ano.
- A categoria Transferências públicas destinou-se ao apoio das organizações da sociedade civil cujo foco é a prevenção de violência baseada no género, como a Fokupers, a Alfela e a Alola, tendo cada uma desta recebido um apoio de $10.000. Além disso foi dado apoio à Organização Rede Feto no valor de $25.000 e a outras organizações.
- Quanto à categoria de transferências públicas, a SEI esclareceu ainda que em 2024 foi feita a revisão do Matadalan Fundos Transferências Públicas para melhorar os mecanismos de controlo pelas autoridades locais, acreditando que depois desta revisão o programa terá melhores resultados. Acrescentou ainda que o ADB está a realizar um estudo sobre o impacto dos FTP. Através destes FTP são concedidos três tipos de apoios: apoio com mecanismo rotativo, apoio

aos grupos de mulheres sem mecanismo rotativo e apoio às mulheres vulneráveis.

- Quanto ao Capital Menor, do valor executado, $61.150 foram utilizados na compra de equipamentos informáticos, como computadores, impressoras, monitores, projetores, entre outros; $12.480 foram utilizados para a compra de mobiliário, como mesas, cadeiras e arquivo; e $116.975 foi utilizado para a compra de veículos, 2 carros e 24 motorizadas para facilitar o trabalho dos Pontos Focais nos Municípios.
- Relativamente ao *virement* de $50.000 feito na categoria de Transferências Públicas, $20.000 destinam-se ao pagamento de combustíveis, $20.000 para financiar viagens ao estrangeiro no âmbito da ASEAN e $10.000 para financiar viagens locais.
- O aumento do orçamento na categoria Salários e Vencimentos para 2025 justifica-se uma vez que os assistentes técnicos que recebiam salários na categoria Bens e Serviços, em 2025 vão passar a receber através da categoria Salário e Vencimentos. Isto significa que não haverá novos recrutamentos, mas apenas que esta mudança será feita.
- Foi questionada a possibilidade de duplicação de subsídios às organizações de sociedade civil atribuídos pela SEI e pelo GASC, tendo sido esclarecido que essa duplicação não se verifica, sendo os apoios atribuídos a organizações diferentes e com objetivos diferentes. Os apoios da SEI apenas são atribuídos a organizações que cumpram determinados requisitos, sendo um deles que a área de trabalho das organizações seja o empoderamento feminino e o combate à violência baseada no género.
- Relativamente às questões sobre o impacto da redução orçamental para a SEI, esclareceu que este impacto de verificará maioritariamente na redução da frequência das atividades realizadas e na redução dos apoios aos municípios, nomeadamente às associações de mulheres.

- Quanto à questão sobre as prioridades da SEI para 2025, foi respondido que a Lei contra a violência de género é uma prioridade desde que foi assumido o cargo, que já houve discussões preliminares e que um primeiro esboço da lei está feito, mas que, no entanto, é necessário o apoio do Ministério da Justiça, que não a considera, neste momento, uma prioridade.
- Além disso, são prioridades a alteração à Lei contra a violência doméstica, ao Código Penal e ao Código do Processo Penal, e está em curso um processo de advocacia, juntamente com o SEPFOPE, pela aprovação da Lei do Trabalho Doméstico.
- Relativamente ao combate da violência baseada no género, a SEI tem realizado discussões técnicas sobre os mecanismos de identificação das vítimas de violência de género, através do apoio das Uma Mahon.
- Quanto aos grupos de beneficiários dos fundos rotativos, esclareceu que existem 304 grupos e que 13% são casos de sucesso entre 2020 e 2024.
- A SEI informou ainda que 19 chefes de suco e 104 chefes de aldeia são mulheres.
- Os parceiros atuais da SEI são a UNFPA, com um apoio financeiro de $25.000 por ano, e a UNWomen, Together for Equality e Nabilan que dão apoio na implementação dos programas. Além disso, a SEI trabalha em conjunto com o BNCTL no âmbito do Crédito Fiar.

2. MINISTÉRIO COORDENADOR DOS ASSUNTOS SOCIAIS (MCAS)

Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais	$800,000.00	$5,052.50	$2,990.00	$561,091.54	$230,865.96	70.5%
CATEGORIA	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salários e Vencimentos	$709,200.00	$.00	$.00	$513,627.54	$195,572.46	72.4%
Bens e Serviços Correntes	$71,800.00	$2,477.50	$2,990.00	$31,039.00	$35,293.50	47.4%
Capital Menor	$19,000.00	$2,575.00	$.00	$16,425.00	$.00	86.4%

O OGE para 2024 referente ao MCAS foi de $800.000. A execução orçamental para o MCAS, até 19 de outubro de 2024 foi de 70,5% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao MCAS de $1.009.200, o que resulta num aumento de 26,15%, relativamente ao montante previsto no OGE para 2024.

A proposta de dotação orçamental do MCAS para 2025 conta com apenas 1 programa – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, 1 subprograma e 1 atividade, para o qual se propõe um orçamento de $1.009.200, registando um aumento de 26,15% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024.

Relativamente às categorias, o aumento da alocação orçamental ao MCAS verifica-se apenas na categoria de Bens e Serviços, no valor de $231.500,00, sendo que a categoria Salários e Vencimentos não é alterada e o Capital Menor é eliminado enquanto categoria.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- Quanto aos resultados de desempenho de 2024, o MCAS informou que os principais resultados são: capacitação de funcionários; boa execução e garantia de eficiência e eficácia; e cumprimento de regras administrativas e legais.
- As principais atividades do MCAS em 2024 foram: encontros regulares com grupos de trabalho interministerial para atualização de execução, progresso e desafios nas áreas sociais; identificação de desafios na recolha de dados reais no terreno, em Covalima; identificação de políticas e legislação existente para revisão e harmonização tendo em conta a situação e as necessidades atuais (Plano Nacional Combate *Stunting* 2024-2030, Estatuto UNMICS, Política Desenvolvimento de Primeira Infância).
- Relativamente ao OGE para 2025, o MCAS esclareceu que o aumento orçamental se deve à realização de duas novas atividades, que são as seguintes: um seminário internacional das áreas sociais, que pretende promover a prioridade do IX Governo relativamente ao desenvolvimento do capital social –

o seminário terá a duração de 3 dias, contando com a presença de peritos internacionais que poderão partilhar conhecimentos e experiências, resultando num guião ou referência para Timor-Leste desenvolver o capital social; e um diálogo a realizar com o pessoal técnico dos ministérios, juventude, e sociedade em geral, para que possam partilhar as suas preocupações, desafios, problemas nas áreas sociais, com o objetivo de se desenvolverem novas políticas, ou reformas de políticas existentes.

- Quanto à alocação orçamental por categorias, o MCAS esclareceu que o montante alocado à categoria Salários e Vencimentos será utilizado para o pagamento dos salários dos funcionários, não havendo qualquer alteração relativamente a 2024; e na categoria Bens e Serviços o montante será utilizado para a realização de atividades, como o seminário internacional e o diálogo, havendo um aumento de $209.200 nesta categoria.
- Quanto à lista de contratados do MCAS, o total de contratados, incluindo assessores, técnicos e casuais, é de 96 pessoas.
- Foi ainda esclarecido que a Política Nacional de Combate ao *Stunting* já foi elaborada e irá ser aprovada brevemente em Conselho de Ministros.
- Além disso, foi feito um esforço interministerial para a elaboração do esboço da Política sobre o Desenvolvimento de Primeira Infância, que está pronto para ser submetido em Conselho de Ministros. A competência do MCAS é a coordenação da elaboração da Política, sendo que o orçamento já está alocado nas respetivas entidades governamentais competentes.

3. INSTITUTO NACIONAL PARA A DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS (INDDICA)

Instituto Para a Defesa dos Direitos da Criança IP	$992,837.00	$46,400.00	$53,708.30	$464,949.97	$427,778.73	52.2%
CATEGORIA	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salários e Vencimentos	$311,820.00	$.00	$.00	$147,031.19	$164,788.81	47.2%
Bens e Serviços Correntes	$403,384.00	$.00	$35,786.30	$261,940.78	$105,656.92	73.8%
Transferências Públicas	$8,300.00	$.00	$.00	$1,500.00	$6,800.00	18.1%
Capital Menor	$119,333.00	$46,400.00	$17,922.00	$54,478.00	$533.00	60.7%
Capital de Desenvolvimento	$150,000.00	$.00	$.00	$.00	$150,000.00	.0%

O OGE para 2024 referente ao INDDICA foi de $992.837. A execução orçamental para o INDDICA, até 19 de outubro de 2024 foi de 52,2% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

Verifica-se uma percentagem de execução orçamental de 0% na categoria de Capital de Desenvolvimento e de apenas 18% na categoria de Transferências Públicas. A categoria com maior execução orçamental é a de Bens e Serviços, com uma taxa de 73,8%.

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao INDDICA de $929.911, o que resulta numa redução de 6,34%, relativamente ao montante previsto no OGE para 2024. A proposta de dotação orçamental do INDDICA para 2025 foi dividida em dois programas – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Inclusão Social, 4 subprogramas e 13 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de $794.331, registando uma redução de 9,05% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024, e para o programa de Inclusão Social propõe-se um orçamento de $135.580, registando um aumento de 13,48% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024.

Relativamente às categorias, propõe-se a eliminação das categorias Transferências Públicas e Capital Menor, e um ligeiro aumento nas categorias Salários e Vencimentos e Bens e Serviços.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- O INDDICA esclareceu que a taxa de execução de 47% da categoria de Salários e Vencimentos justifica-se pelo pagamento de salários a 34 pessoas, no entanto o cálculo orçamental inclui 8 novos funcionários, o que resulta num total de 42 pessoas. Além disso, também foram previstos 12 novos agentes que ainda se

encontram em processo de recrutamento para 2025, não tendo sido dada a autorização de contratação de novos funcionários em 2024.

- Quanto à categoria Bens e Serviços, foram já executados $261.940,78 para o pagamento de material de escritório, combustível, manutenção AC, comunicações, bilhetes de avião, viagens locais e ao estrangeiro, catering, entre outros. O saldo remanescente será utilizado para a realização de atividades até dezembro, como o Dia da Convenção dos Direitos das Crianças em Ataúro, a campanha nacional de formação do pessoal de saúde, e monitorização.
- A categoria Transferências Públicas apresenta uma taxa de execução de 18%, tendo sido utilizado orçamento de $1.500,00 para atendimentos de urgência a crianças em situação de vulnerabilidade ou perigo, quando atendidas diretamente pelo INDDICA. Além disso foi realizado um *virement* de 20% para a realização de viagens ao estrangeiro no valor de $1.700,00.
- O Capital Menor foi utilizado para a compra de equipamentos de informática e mobiliário. O valor de obrigações no montante de $17.922,00 justifica-se uma vez que as empresas ainda não entregaram a fatura, e o valor de compromisso de $46.400,00 está alocado à compra de um veículo operacional, em processo de avaliação de documentos, aguardando a adjudicação para celebrar um contrato com a empresa.
- Quanto à baixa execução da categoria Capital Menor, esta justifica-se pelo cancelamento do processo de aprovisionamento de um carro operacional, uma vez que a empresa adjudicante não entregou o carro com as especificidades requeridas pelo INDDICA, pelo que se aguarda por novo processo.
- O INDDICA esclareceu ainda que o Capital de Desenvolvimento ainda não foi executado, uma vez que ainda não houve despacho do Ministério da Justiça sobre a decisão final relativamente à propriedade onde será construído o novo edifico do INDDICA.
- Quanto ao progresso de sensibilização da LPCJP, o INDDICA esclareceu que vai realizando ações de sensibilização e que, em 2025 pretendem alterar a

estratégia de socialização, passando esta a ser feita nos sucos e não nos postos administrativos. Esclareceu ainda que o INDDICA tem atuado na questão das crianças vendedoras de rua, em colaboração com a PNTL, através de acordos com os pais dessas crianças para assegurar que as mesmas não continuam a vender nas ruas. Informou ainda que, no caso específico de RAEOA, está a ser revisto o acordo elaborado pelo governo anterior relativamente a esta questão e que está previso a participação dos chefes de suco e de aldeia na sensibilização das autoridades locais sobre esta questão. Além disso, a Aportil está a fazer esforços de controlo de viagens de crianças entre RAEOA e Díli.

- Quando questionado pela redução orçamental proposta para 2025, o INDDICA esclareceu que a categoria Capital Menor proposta não foi aprovada pela Comissão de Revisão Orçamental.
- O INDDICA informou ainda que conta com o apoio da UNICEF na realização de eventos, num valor entre 5-10 mil dólares americanos por ano.

4. INSTITUTO NACIONAL DE COMBATE AO HIV-SIDA (INCSIDA)

Instituto Nacional de Combate ao HIV SIDA IP	$798,212.00	$5,261.25	$25,914.50	$598,449.42	$168,586.83	78.2%
CATEGORIA	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salários e Vencimentos	$340,600.00	$.00	$.00	$273,258.18	$67,341.82	80.2%
Bens e Serviços Correntes	$432,512.00	$5,261.25	$23,044.50	$303,706.24	$100,500.01	75.5%
Capital Menor	$25,100.00	$.00	$2,870.00	$21,485.00	$745.00	97.0%

O OGE para 2024 referente ao INCSIDA foi de $798.212. A execução orçamental para o INCSIDA, até 19 de outubro de 2024 foi de 78,2% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao INCSIDA de $1.058.235, o que resulta num aumento de 32,58%, relativamente ao montante previsto no OGE para 2024. A proposta de dotação orçamental do INCSIDA para 2025 foi dividida em dois programas – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Inclusão Social, 2 subprogramas e 7 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de $521.152, registando um aumento de 15,05% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024, e para o programa de Inclusão Social propõe-se um orçamento de $537.083, registando um aumento de 55,57% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024.

Relativamente às categorias orçamentais, verifica-se um aumento considerável, de 99% e 54% nas categorias Capital Menor e Bens e Serviços, respetivamente.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- O INCSIDA prestou as seguintes informações: existe um total de 65 funcionários contratados; registam-se 2185 casos de HIV-SIDA até setembro de 2024; até ao terceiro trimestre de 2024, o INCSIDA regista uma área de cobertura de 10 municípios (Dili, Liquiçá, Lautém, Ermera, Manufahi, Aileu, Baucau, RAEOA, Manatuto e Bobonaro) e 67 sucos, alcançando um total de 18.066 beneficiários; até ao terceiro trimestre de 2024, foram testadas 4520 pessoas; de 2014 a 2024 o total de atingimento do INCSIDA é o seguinte: 13 municípios (100%), 56 postos administrativos (85%), 183 sucos (37%) e 148.084 pessoas. 74.304 homens e 73.780 mulheres (11%); de janeiro a setembro de 2024 18.066 pessoas tiveram conhecimento do trabalho do INCSIDA; de janeiro a setembro de 2024, 4520 pessoas fizeram testes voluntários ao HIV-SIDA; de janeiro a setembro de 2024, 372 profissionais de saúde foram capacitados; os casos cumulativos de HIV-SIDA desde 2003 amontam a um total de 2042.
- O INCSIDA foi questionado sobre o aumento orçamental proposto para 2025, particularmente nas categorias Bens e Serviços e Capital Menor, tendo esclarecido que este aumento se deve à realização de mais campanhas de sensibilização e também à compra de um minibus de transporte de pacientes portadores de HIV-SIDA.

- Questionado sobre o aumento do número de casos de HIV-SIDA a cada ano e de esse aumento ser mais visível nas áreas perto das fronteiras, o INCSIDA esclareceu que é verdade que se verificam mais casos nessas zonas, devido à proximidade com a Indonésia, mas que o INCSIDA vai fazer mais esforços de identificação desses casos e controlo da sua disseminação.
- O INCSIDA esclareceu ainda que existe uma linha de coordenação com o MS, particularmente no que diz respeito à transmissão do HIV-SIDA, garantindo que não faltam medicamentos necessários, e no que diz respeito à capacitação de técnicos nesta área.
- O INCSIDA apresentou como uma das principais dificuldades a manutenção do contacto com os portadores de HIV-SIDA, tendo informado que é essencial a ajuda de algumas ONGs, como a associação Estrela e a associação Esperança.
- O INCSIDA foi questionado sobre o atingimento de apenas 11% da população, e informou que em 2025 o orçamento para as campanhas de sensibilização vai aumentar, sendo assim possível realizar mais atividades e chegar ao máximo de sucos e aldeias.

5. UNIDADE DE MISSÃO PARA O COMBATE AO STUNTING (UNMICS)

Unidade de Missão para o Combate ao Stunting	$300,000.00	$2,500.00	$1,980.00	$200,155.55	$95,364.45	67.4%
CATEGORIA	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salários e Vencimentos	$209,220.00	$.00	$.00	$152,774.00	$56,446.00	73.0%
Bens e Serviços Correntes	$49,580.00	$2,500.00	$1,980.00	$24,471.55	$20,628.45	53.4%
Transferências Públicas	$28,800.00	$.00	$.00	$11,520.00	$17,280.00	40.0%
Capital Menor	$12,400.00	$.00	$.00	$11,390.00	$1,010.00	91.9%

O OGE para 2024 referente à UNMICS foi de $300.000. A execução orçamental para a UNMICS, até 19 de outubro de 2024 foi de 67,4% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global à UNMICS de $288.680, o que resulta numa redução de 3,77%, relativamente ao montante previsto no OGE para 2024. A proposta de dotação orçamental da UNMICS para 2025 foi dividida em

dois programas – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Cuidados de Saúde Primários, 2 subprogramas e 5 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de $16.650, registando uma redução de 10% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024, e para o programa de Cuidados de Saúde Primários propõe-se um orçamento de $272.030, registando uma redução de 3,36% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024.

Relativamente às categorias, propõe-se a eliminação da categoria Capital Menor, e um ligeiro aumento na categoria Salários e Vencimentos.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- Durante a audiência, os Deputados da Comissão F chamaram a atenção para o facto de a UNMICS não ter entregado o relatório de atividades e que o mesmo deve ser entregue com antecedência ao Parlamento Nacional para que possa ser feita a devida análise e fiscalização.
- A UNMICS apresentou uma proposta de orçamento adicional para 2025, propondo o seguinte:
    - $200.374,00 para a categoria Salários e Vencimentos, para o pagamento de salários, incluindo o 13.º mês e segurança social de 6% para os 6 funcionários públicos e 19 contratados a termo certo.
    - $66.340,00 para a categoria Bens e Serviços para o pagamento de ajudas de custos por deslocações em serviço no país, transporte nacionais, ajudas de custo por deslocações em serviço no estrangeiro, transportes internacionais, formação e palestras, outros serviços correntes, material de escritório, combustível, publicação, cópias e impressões e catering.
    - $87.200,00 para a categoria Transferências Públicas, para o apoio a fundações, associações e grupos comunitários sem fins lucrativos para

implementação do Programa de nutrição de grávidas, lactantes e crianças dos 0 aos 7 anos.

- $119.500,00 para a categoria Capital Menor, uma vez que atualmente os bens e o capital não são suficientes para implementar o programa *Feeding* para o combate à má nutrição, sendo necessário aumentar o orçamento nesta categoria para a compra de carro operacional, equipamento IT, mobiliário e equipamento de escritório para apoiar e facilitar as atividades essenciais para a implementação deste programa.
- O aumento orçamental proposto para estas categorias resulta num aumento orçamental total de $473.414,00.

- A UNMICS informou que o Plano de Ação Nacional para o Combate ao *Stunting* já foi aprovado e que o Decreto-Lei N.º 91/2022, de 22 de dezembro, já foi alterado no sentido de prorrogar o mandato da UNMICS até 31 de dezembro de 2030 e de garantir uma coordenação eficaz e eficiente entre os vários departamentos governamentais e organismos da Administração Pública na execução das responsabilidades relacionadas com a segurança nutricional atribuídas no Plano.
- A UNMICS informou que conta atualmente com 16 funcionários, 10 homens e 6 mulheres.
- Quanto ao programa Cuidados de Saúde Primários, a UNMICS informou que já foram implementadas as seguintes atividades: lançamento do programa de Nutrição Integrada na RAEOA e implementação do mesmo em Ermera, Bobonaro, Díli e RAEOA – programa implementado em colaboração com o MS, serviço de saúde regional da RAEOA, Ministério da Agricultura, Ministério das Obras Públicas e parceiros de desenvolvimento; implementação do programa nutrição integrada através da atividade *Feeding*, que consiste na distribuição de comida nutritiva a grávidas, lactantes e bebés dos 6 meses aos 5 anos de idade – na RAEOA, a atividade *Feeding* já conta com um total de beneficiários de 451 pessoas, e nos restantes municípios (Díli, Ermera e Bobonaro) com 440 beneficiários;

monitorização da atividade *Feeding* realizada em setembro e outubro e alguns postos de saúde.

- A UNMICS informou ainda que realizou ações de formação sobre parentalidade positiva para o pessoal de saúde, líderes comunitários, membros dos grupos de apoio às mulheres e grávidas, com um total de 138 formandos.
- A UNMICS celebrou acordos de parceira e cooperação com vários parceiros internacionais como a Nutrition International_Canada, a Latter Day Saint Charities, a Mercy Corps, a Associação Leno Atoni Oe-Cusse, a Fundação Companhia de Jesus, a Fundação Clínica Bairro Pité Lanud e a Fundação das Irmãos Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima.
- A UNMICS informou que além do OGE de 2024, contou com o apoio financeiro de parceiros como a Nutrition International, a Later Day Saint Charities, a DFAT Austrália, a AVANSA (USAID) e a Mercy Corps.

6. MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E INCLUSÃO (MSSI)

Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão	$21,037,284.72	$1,648,531.65	$2,417,218.91	$12,714,226.99	$4,257,307.17	71.9%
CATEGORIA	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salários e Vencimentos	$3,903,709.80	$.00	$.00	$1,911,420.28	$1,992,289.52	49.0%
Bens e Serviços Correntes	$7,146,951.76	$996,431.65	$468,476.42	$3,528,131.46	$2,153,912.23	55.9%
Transferências Públicas	$8,370,958.16	$.00	$1,435,716.00	$6,935,242.16	$.00	100.0%
Capital Menor	$502,100.00	$502,100.00	$.00	$.00	$.00	.0%
Capital de Desenvolvimento	$1,113,565.00	$150,000.00	$513,026.49	$339,433.09	$111,105.42	76.6%

O OGE para 2024 referente ao MSSI foi de $21.037.284,72. A execução orçamental para esse Ministério, até 18 de outubro de 2024 foi de 71,9% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A categorias de Transferências Públicas apresenta uma percentagem de execução de 100% no ano fiscal de 2024, verificando-se uma execução mais baixa, de 49% e 56%, nas categorias de Salários e Vencimentos e Bens e Serviços, respetivamente.

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao MSSI de $26.188.602, o que resulta num aumento de 27,36%, relativamente ao montante previsto no OGE para 2024. A proposta de dotação orçamental do MSSI para 2025 foi dividida em dois

programas: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Inclusão Social. Os programas subdividem-se em 15 subprogramas e 65 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de $10.753.492 registando um aumento de 5,65% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024, e para o programa de Inclusão Social propõe-se um orçamento de $15.435.110 registando um aumento de 48,64% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024.

Relativamente às categorias, propõe-se aumento orçamental para 2025 em todas elas relativamente ao orçamento alocado em 2024, particularmente na categoria de Bens e Serviços, que regista um aumento de 49%.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- Relativamente à execução do OGE 2024, o MSSI informou que a categoria Bens e Serviços foi alocada à manutenção de edifícios em Ermera, Manatuto e Covalima, compra de caixões, pagamento de combustível, manutenção IT, compra de arroz, fotocópias, e limpeza; a categoria Transferência Públicas foi alocada ao pagamento dos beneficiários do Programa Bolsa da Mãe Condicional em Viqueque, Díli e Ataúro; e a categoria Capital de Desenvolvimento foi alocada ao pagamento dos projetos em andamento, os edifícios de Liquiçá ($312.994,10, MSSI já pagou $113.084,64 e o progresso físico atingiu 36,13%), Aileu ($427.130, já foi efetuado o pagamento de $294.120,28, o progresso físico atingiu 100%, aguarda entrega para MSSI), Ainaro ($546.598, já foi efetuado o pagamento de $344.004,76, o progresso físico já atingiu 70%), Viqueque ($805.366,41, já foi pago $709.398,01, progresso físico de 100% e já foi entregue e inaugurado) e o armazém de Manufahi ($90.615,63, progresso físico de 65%, aguarda o pagamento da primeira fase), CSSIM Bobonaro ($650.000,

está em processo de verificação pela ADN), CSSIM Lautém ($259.166,82, agora em processo de verificação) .

- Quanto ao Programa Bolsa da Mãe Condicional, o MSSI prestou as seguintes informações:
    - Foi feito um ajustamento dos dados, de acordo com as alterações feitas ao Decreto-Lei n.º 18/2012, de 4 de abril, que alterou também os montantes dos apoios atribuídos. Os novos dados resultam num total de beneficiários de 68.696 crianças que frequentam o ensino escolar de 34.063 tutores (mães e pais).
    - O pagamento aos tutores dos beneficiários da Bolsa da Mãe Condicional Fase 1 amonta num valor de $5.580.960,00 e num total de 54.688 beneficiários (26.713 tutores).
    - O pagamento aos tutores dos beneficiários da Bolsa da Mãe Condicional Fase 2 amonta num valor de $1.431.756,00 e num total de 14.008 beneficiários (7.350 tutores).
    - Quanto ao departamento de assistência humanitária, registam-se os seguintes dados: apoio complementar – 8196; fornecimento de a pessoas vulneráveis, heróis vivos e instituições – 36.664; arroz existente em armazém – 18.379; arroz adquirido pelo MSSI – 55.043.
    - Relativamente ao departamento de apoio de carros funerários, registam-se os seguintes dados: total de caixões Lot A e Lot B – 512; total orçamento caixões Lot A e Lot B - $50.180,00.
    - Quanto ao ano de 2025, até janeiro o MSSI fará ajustamento de dados para 2025, por forma a incluir as crianças de idade pré-primária, e pretende-se alterar o Decreto-Lei n.º 18/2012, de 4 de abril, para incluir estas crianças.
    - O total orçamental alocado para o Programa Bolsa da Mãe Condicional para Educação é de $10.000.000,00, sendo que destes. 7-8 milhões serão alocados aos subsídios e o restante será alocado a custos operacionais, incluindo reajustamento de dados e monitorização.

- Para 2025 projeta-se um aumento de 5% do total de beneficiários, uma vez que se incluem as crianças em idade pré-escolar, num total de 72.131 beneficiários.
- No ano de 2025 será implementada uma nova iniciativa de combate ao *Stunting*, que será um apoio de subsídio condicional às grávidas e lactantes vulneráveis com filhos de 0 a 2 anos, nos 3 municípios identificados com altos casos de desnutrição – RAEOA, Ermera e Covalima. As componentes do programa são: subsídio para mães vulneráveis – custos de transporte para que possam aceder a serviços de saúde durante a gestação, parto e período de amamentação até que a criança complete 2 anos; distribuição de Alimentos Nutritivos Especiais – os alimentos especializados serão adquiridos do Paquistão; pesquisa *Uma Kain* – pesquisa domiciliar realizada nos três municípios para determinar os níveis de vulnerabilidade, cujos resultados definirão a classificação de vulnerabilidade para direcionar melhor as intervenções do programa.

- Relativamente ao orçamento para 2025, o MSSI esclareceu que o aumento da categoria Salário e Vencimentos destina-se ao pagamento de salário para 382 funcionários permanentes, 125 agentes e 281 funcionários contratados casuais, salário para os titulares de cargos políticos, 24 contratados nacionais, horas extraordinárias, abonos e subsidio mensal de transporte; o aumento na categoria de Bens e Serviços destina-se à compra, carga e descarga de arroz, de alimentos nutritivos, e de caixões, à celebração do Dia Mundial das Pessoas com Deficiência, apoio pontual a grupos vulneráveis, carregamento para cartão de crédito, manutenção do edifício e de veículos, combustível, material de escritório, eletricidade, viagens internacionais, entre outros; o aumento no orçamento da categoria Transferências Públicas destina-se a financiar o programa novo: Subsídio Condicional Saúde-Nutrição para grávidas e bebês de 0 a 2 anos, com possibilidade de extensão até crianças de 3 anos, apoio às 32 Instituições de Solidariedade Social (ISS), incluindo 8 organizações de pessoas

com deficiência, programa Bolsa da Mãe condicional, e aquisição de cinco carros funerários e de oito veículos operacionais para apoiar as atividades das Direções Nacionais no terreno; e o aumento no orçamento da categoria Capital de Desenvolvimento destina-se à construção de novos edifícios do MSSI em Fatumea, Ataúro e Aileu, à construção do novo edifício do Centro de Solidariedade Social em Liquiçá, à construção de novos edifícios, armazéns e paisagismo no CSSIM de Lautém, Ainaro, Viqueque, Bobonaro, Manufahi.

- Questionado sobre o aumento orçamental proposto para 2025, o MSSI esclareceu que o MSSI obteve um aumento/adicional de $5.151.318, que se destina à aquisição de 8 novos veículos operacionais e 5 carros funerários, ao Reforço do Programa Bolsa da Mãe Condicional – Saúde e Nutrição para mães e crianças, ao Apoio às ISS, aos custos operacionais para o Terceiro Secretariado da ASEAN em Jacarta, relacionado aos pilares ASCC e SOCA, à construção de edifícios do MSSI em postos administrativos em áreas remotas.
- Quanto às categorias Salário e Vencimentos e Capital Menor, o MSSI esclareceu que a baixa execução está relacionada com a equipa de júri, que cometeu uma fraude, exigindo mudanças na composição da equipa de júri e resultando na rescisão do contrato do Presidente do Júri, que era responsável pelos processos de recrutamento e aprovisionamento no MSSI. As mudanças causaram atrasos nos processos de recrutamento e aprovisionamento. No entanto, o MSSI está atualmente no processo de finalização dessas atividades.
- Ainda relativamente à categoria Salários e Vencimentos, o MSSI esclareceu que em 2024, a força de trabalho do MSSI totaliza 495 funcionários e, em novembro de 2024, haverá um aumento de 85 novos colaboradores, elevando a força total para 580 funcionários, incluindo assessores e técnicos especializados. O MSSI informou ainda que o aumento orçamental da categoria Salário e Vencimentos para 2025 se deve à contratação de 3 novas pessoas em cada posto administrativo, num total de 201 funcionários. Com este recrutamento, a força de trabalho atingirá 771 funcionários.

- Quanto ao progresso do programa da Direção Nacional Portadores Pessoal com Deficiência, o MSSI informou que foram realizadas as seguintes atividades: disseminação de informação para jovens, incluindo pessoas com deficiência intelectual, promovendo-as como modelos de referência, monitorização da implementação do Plano de Ação Nacional para Pessoas com Deficiência, socialização do PAN-EhD 2021-2030 e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU para Setores governamentais, líderes comunitários e estudantes em 11 municípios, socialização dos Procedimentos Operacionais Padrão para o Sistema de Saúde Mental e apoio psicossocial à comunidade em Baucau, Manatuto, Manufahi e Ainaro, reintegração de 13 pessoas com doenças mentais da instituição de saúde para a comunidade, celebração do Dia Nacional para Pessoas com Deficiência, realizada no Município de Liquiçá, entre outros.
- Quanto ao progresso do programa da Direção Nacional de Reinserção Comunitária, o MSSI informou que foram realizadas as seguintes atividades: monitorização da execução orçamental das ISS em 10 municípios, incluindo a RAEOA, sendo que os resultados preliminares indicam que a maioria das ISS atingiu 70% da execução orçamental; apoio pontual a pessoas vulneráveis – assistência a famílias ou indivíduos em situação de emergência que necessitem de ajuda imediata, sendo concedido apenas uma vez, com o valor máximo de $2.000; implementação e socialização da Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo; formação continua oferecida aos principais parceiros, incluindo Ministérios relevantes, cargos de chefia e técnicos sociais especializados em violência baseada em género, curadoria de menores, e entidades de proteção e promoção de direitos em 12 municípios; estabelecimento do Comité de Supervisão para o desenvolvimento do Plano de Ação Nacional da LPCJP, entre outros.
- O MSSI informou ainda que atualmente tem 14 carros funerários, incluindo um carro VIP, sendo que 9 estão em boas condições e 5 inoperáveis.

- Quanto à construção do centro de solidariedade social no município de Liquiçá, o MSSI informou que estão a aguardar verificação pela ADN para poder efetuar o pagamento à empresa de construção.
- O MSSI informou que brevemente será criada uma linha de atendimento online para casos de violência contra crianças.

7. CENTRO NACIONAL DE REABILITAÇÃO (CNR)

Centro Nacional de Reabilitação	$1,391,409.00	$286.00	$399,720.56	$634,643.08	$356,759.36	74.3%
CATEGORIA	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salários e Vencimentos	$598,025.00	$.00	$.00	$391,115.56	$206,909.44	65.4%
Bens e Serviços Correntes	$709,884.00	$286.00	$396,445.56	$184,638.52	$128,513.92	81.9%
Capital Menor	$83,500.00	$.00	$3,275.00	$58,889.00	$21,336.00	74.4%

O OGE para 2024 referente ao CNR foi de $1.391.409. A execução orçamental para o CNR, até 18 de outubro de 2024 foi de 74,3% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao CNR de $1.4000.000, o que resulta num aumento de 0,62%, relativamente ao montante previsto no OGE para 2024. A proposta de dotação orçamental do CNR para 2025 foi dividida em dois programas - Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Inclusão Social, 4 subprogramas e 8 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de $587.686, registando um aumento de 21,51% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024, e para o programa de Inclusão Social propõe-se um orçamento de $812.314, registando uma redução de 10,52% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024.

Relativamente às categorias, propõe-se a introdução da categoria Capital de Desenvolvimento com um total de $100.000,00, e a redução das categorias Bens e Serviços em 19%.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- Relativamente à execução do orçamento de 2024, o CNR informou que: a categoria Salário e Vencimento foi alocada ao pagamento de salários a 3 diretores, 10 chefes de departamento, 32 funcionários administrativos, 64 funcionários clínicos e 1 assessor nacional; a categoria Bens e Serviços é alocada a gastos de materiais e custos operacionais de atividades, como custos de viagens locais, compra de materiais como cadeiras de rodas, próteses, entre outros; a categoria Capital Menor é alocada à compra de 1 carro operacional (minibus) e 1 mota com 3 rodas.
- Até ao final do ano de 2024, o CNR projeta uma execução de 89%.
- O CNR informou que as principais atividades de atendimento são: terapia física, terapia ocupacional, terapia da fala, necessidades de próteses de membros, equipamento de mobilidade (cadeira de rodas, andarilho, cadeira especial para banho para idosos e pessoas com outras vulnerabilidades).
- Quanto ao serviço SRIKAR, o CNR explicou que o objetivo desta atividade é encorajar as pessoas com necessidades especiais a participar ativamente em todos os setores da vida. Este serviço desenvolve as seguintes atividades: socialização e educação para a inclusão, através de partilha de informação sobre os direitos das pessoas com necessidades especiais; identificação de necessidades, através de recolha de dados e avaliação das pessoas com necessidades especiais; promoção de reabilitação, através da distribuição de informação sobre como aceder aos serviços de reabilitação de terapia física, obtenção de equipamentos de mobilidade, entre outros serviços existentes; criação de rede de apoio; consciencialização da comunidade sobre a importância da inclusão e compreensão relativamente às pessoas com necessidades especiais.
- As prioridades do CNR para 2025 são: aumento do número de atendimentos de pessoas com deficiência física; serviço SRIKAR nos postos administrativos

Uatucarbao, Viqueque, Lolotoe, Bobonaro e Fatumea, Covalima; sensibilização sobre prestação de serviços do CNR nos postos administrativos Uatucarbao, Lolotoe e Fatumea; monitorização de utentes que receberam atendimentos do CNR nos postos administrativos Luro, Lautém, Baguia, Baucau e Alas, Manufahi; coordenação da expansão do trabalho do CNR na costa sul entre Ainaro e Covalima; coordenação da instalação do edifício CNR em Baucau; aumento da capacidade dos técnicos profissionais em áreas especializadas; coordenação com a Secretaria de Estado das Terras e Propriedades sobre o estatuto do terreno que pertence ao CNR e está ocupado pela comunidade e instituições; aumento de instalações (armazém) e equipamentos no edifício central.

- Relativamente ao OGE de 2025, o orçamento alocado à categoria Salários e Vencimentos destina-se ao financiamento da força de trabalho, com um total de funcionários contratados de 109 pessoas, estando planeado o recrutamento de 4 profissionais; o orçamento alocado à categoria Bens e Serviços destina-se ao financiamento de atividades operacionais, à compra de matérias primas para a produção de próteses, materiais consumíveis clínicos, materiais de mobilidade, entre outros; o orçamento alocado à categoria Capital Menor destina-se à compra de um carro operacional para ajudar na descentralização do trabalho do CNR, uma mota de três rodas para o apoio aos funcionários com deficiência no terreno, equipamentos clínicos e de escritório; e o orçamento alocado à categoria de Capital de Desenvolvimento destina-se à construção de um armazém no edifico central, assegurar stock de cadeiras de roda, e outros equipamentos de mobilidade.
- Questionado sobre o programa SRIKAR, o CNR esclareceu que este programa tem como objetivo aproximar os serviços do CNR à comunidade das áreas mais remotas que têm acesso difícil à capital. As atividades dividem-se em duas fases: primeiro, identificação e avaliação de necessidades, segundo, resposta às necessidades identificadas.
- Quanto à questão sobre a socialização dos serviços do CNR, o CNR esclareceu que neste momento realizam socialização ao nível do posto administrativo,

sendo que em 2024 foram realizadas atividades em Iliomar, Bobonaro e Baucau Vila. O plano para 2025 é a expansão desta atividade para Uatucarbao, Lolotoe e Fatumea.

8. INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL (INSS) E FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL (FRSS)

Instituto Nacional de Segurança Social	$92,822,948.00	$.00	$.00	$.00	$92,822,948.00	.0%
CATEGORIA	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salários e Vencimentos	$2,282,256.00	$.00	$.00	$.00	$2,282,256.00	.0%
Bens e Serviços Correntes	$2,802,854.00	$.00	$.00	$.00	$2,802,854.00	.0%
Transferências Públicas	$86,023,178.00	$.00	$.00	$.00	$86,023,178.00	.0%
Capital Menor	$464,660.00	$.00	$.00	$.00	$464,660.00	.0%
Capital de Desenvolvimento	$1,250,000.00	$.00	$.00	$.00	$1,250,000.00	.0%

Fundo de Reserva da Segurança Social	$254,795,707.00	$.00	$.00	$.00	$254,795,707.00	.0%
CATEGORIA	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Transferências Públicas	$254,795,707.00	$.00	$.00	$.00	$254,795,707.00	.0%

O OGE para 2024 referente ao INSS foi de $92.822.948. Os dados de execução orçamental para o INSS não estão disponíveis do Portal de Transparência.

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao INSS de $128.699.955, o que resulta num aumento de 38,65%, relativamente ao montante previsto no OGE para 2024. A proposta de dotação orçamental do INSS para 2025 foi dividida em três programas: Regime Contributivo de Repartição, Regime Não Contributivo e Administração da Segurança Social, 5 subprogramas e 9 atividades.

Para o Regime Contributivo de Repartição propõe-se um orçamento de $12.717.395, registando um aumento de 15,13% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024, para o Regime Não Contributivo propõe-se um orçamento de $111.682.560, registando um aumento de 48,96% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024, e para a Administração da Segurança Social propõe-se um orçamento de $4.300.000, registando uma redução de 36,76% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024.

Relativamente às categorias, propõe-se um aumento nas categorias Salários e Vencimentos e Transferências Públicas, e redução nas restantes categorias.

O **Fundo de Reserva da Segurança Social** conta com um montante de orçamento proposto de $305.692.545, o que resulta num aumento de 19,98 % relativamente ao montante previsto no OGE para 2024, sendo composto por apenas um programa – Regime Contributivo de Capitalização.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- De acordo com os dados apresentados, a execução total do INSS do OGE 2024 é de 82%, sendo que a categoria Salários e Vencimento tem uma taxa de execução de 42%, Bens e Serviços uma taxa de 15%, Transferências Públicas uma taxa de 23%, Capital menor uma taxa de 52% e Capital de Desenvolvimento uma taxa de 0%.
- Relativamente às pensões sociais de velhice e invalidez, foram apresentados os seguintes dados: 8725 beneficiários da pensão social de invalidez; 88.919 beneficiários da pensão social de velhice; em 2024 foram registados 152 novos beneficiários da pensão social de invalidez e 1254 novos beneficiários da pensão social de velhice.
- Quanto ao progresso alcançado em 2024, destaca-se o seguinte: portal eletrónico da segurança social; lançamento do cartão de identificação da segurança social; discussão sobre a celebração de convenção sobre o regime da segurança social com o governo da Austrália e Inglaterra; estabelecimento de agência do BNCTL no edifico do INSS; lançamento de aplicação móvel prevista para novembro ou dezembro de 2024.
- Depois de questionado sobre o mecanismo de pagamento dos subsídios aos beneficiários, o INSS explicou que os mesmos são agora feitos ao nível do suco e não dos postos administrativos, como era anteriormente feito. Além disso, o pagamento que antes era feito semestralmente, é atualmente feito trimestralmente.

- A partir de março deste ano, os beneficiários da pensão social utilizadores de cartão de ATM do BNCTL ou de outro banco recebem o pagamento todos os meses.
- O INSS explicou que atualmente verifica-se um défice de $18 milhões na categoria Transferências Públicas para efetuar o pagamento do 4.º trimestre das pensões sociais. O exercício será feito dentro do orçamento do INSS para cobrir este défice.
- Quanto à questão colocada sobre os dados pessoais dos beneficiários, o INSS esclareceu que os cartões de identificação da Segurança Social foram já distribuídos pelas entidades dos diferentes órgãos de soberania e que 15% das entidades já apresentaram declaração de remuneração.
- O INSS informou ainda que, desde 2017 até 2023, foram devolvidos $3.2 milhões ao cofre do Estado timorense.
- Relativamente ao FRSS, o INSS apresentou as seguintes informações:
  - Quanto às receitas, prevê-se um aumento relevante nas contribuições em 2026, com a expectativa de um aumento da taxa contributiva (+3%) para cobrir os encargos dos novos benefícios (doença, desemprego e doenças profissionais). Assim, o ligeiro crescimento esperado nas receitas de contribuições sociais compensará o impacto de parte dos custos operacionais destinados ao financiamento das despesas de gestão operacional do FRSS.
  - Quanto às despesas com prestações do regime geral, prevê-se um aumento anual devido ao maior número de pessoas que cumprem os prazos para ter acesso aos benefícios. Além disso, o aumento das despesas terá um impacto especial em 2026 e 2027, com a introdução e implementação de novas medidas (benefícios de doença e desemprego em 2026; prestações familiares em 2027).
  - Relativamente ao saldo revertido para o FRSS, o crescimento maior das despesas em comparação com as receitas no regime contributivo de

repartição resultará numa redução gradual do saldo excedentário desse regime, o qual será transferido anualmente para o FRSS. Esse cenário é esperado num regime de repartição normal, justificando assim a criação de um fundo de reserva para capitalização desses excedentes. O saldo revertido para o FRSS continuará positivo nos próximos anos.

- Para 2025 prevê-se a aplicação em outros instrumentos financeiros, que não sejam depósitos a prazo, para cumprir com a política de investimento. Assim, espera-se que, gradualmente, aumentem os investimentos em títulos financeiros no mercado de capitais e diminuam os investimentos em depósitos a prazo. Em 2029, será necessário cumprir a política de estratégia de investimento, que prevê que 90% do fundo seja aplicado em títulos financeiros e apenas 10% em depósitos a prazo.

9. GABINETE DE APOIO À SOCIEDADE CIVIL (GASC)

Serviços de Apoio à Sociedade Civil e Auditoria Social	$23,000,000.00	$2,124,344.26	$66,455.73	$19,453,520.82	$1,355,679.19	84.9%
CATEGORIA	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salários e Vencimentos	$527,298.00	$.00	$.00	$337,653.69	$189,644.31	64.0%
Bens e Serviços Correntes	$246,363.00	$.00	$42,055.73	$148,903.27	$55,404.00	77.5%
Transferências Públicas	$22,226,339.00	$2,124,344.26	$24,400.00	$18,966,963.86	$1,110,630.88	85.4%

O OGE para 2024 referente ao GASC foi de $23.000.000. A execução orçamental para o GASC, até 18 de outubro de 2024 foi de 84,9% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao GASC de $22.476.707, o que resulta numa redução de 2,28 %, relativamente ao montante alocado no OGE para 2024. A proposta de dotação orçamental do GASC para 2025 foi dividida em dois programas: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Inclusão Social. Os programas subdividem-se em 6 subprogramas e 11 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de $776.707, registando um aumento de 0,39% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024 e para o programa Inclusão Social propõe-se

um orçamento de $21.700.000, registando uma redução de 2,37% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024.

Relativamente às categorias, propõe-se redução nas categorias Bens e Serviços e Transferências Públicas e a introdução da categoria Capital Menor com um orçamento de $40.000,00.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- Relativamente à execução do orçamento alocado à Conferência Episcopal Timorense (CET) em 2024, na área da educação o total de beneficiários é de 503.404 pessoas, na área de assuntos sociais o total de beneficiários é de 54.266 pessoas, no apoio ao Governo Eclesial, o total de beneficiários é de 715.718 pessoas, e quanto à alocação para a gestão e administração, o total de beneficiários é de 700.181 pessoas.
- Quanto ao apoio para as Confissões Religiosas Não Católicas, o GASC deu o seguinte apoio: construção e reabilitação da Igreja Protestante de Timor-Leste; construção do salão da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Ataúro, Betanu e Ossu; finalização e inauguração da Pura Hindu Giri Natha; construção do muro da Escola China; reabilitação Masjid Annur; apoio material para a Escola Muçulmana em Baucau; apoio de formação em hospitalidade na Associação de Turismo Religioso Timor Leste; continuação de assistência e controlo de andamento do projeto de construção das 2 IEAD em Ataúro; apoio de formação e reabilitação de instalações do Sínodo IPTL.
- Relativamente ao apoio às Congregações Religiosas Católicas, o GASC deu apoio na área da formação de técnicos profissionais e na construção e reabilitação de conventos e capelas.
- Quanto ao programa de empoderamento comunitário, foram apoiadas 47 organizações em 2024, por forma a aumentar a agricultura e horticultura,

realizar iniciativas de agro-florestação, canalização e conservação de água potável e formação na área de economia produtiva.

- Relativamente ao programa educação cívica, o GASC deu apoio na área de formação a 30 organizações, na área de socialização e disseminação de informação a 5 organizações, e apoio na socialização sobre violência baseada no género a 4 organizações, e na área de assistência legal a 2 organizações.
- O GASC também deu apoio na área da boa governação a 9 organizações, na área do fortalecimento institucional a 14 organizações e na área humanitária social à Cruz Vermelha de Timor-Leste, à Fundação Centro Audiovisual Max Stahl e a 6 organizações que dão assistência a pacientes com tuberculose, HIV-SIDA, lepra e outras doenças.
- O GASC informou que em 2024, o total de propostas para projetos de subvenção recebidas foi de 350, tendo sido admitidas 175, com um total orçamental de $21.115.628,12.
- Quanto ao orçamento proposto para 2025, o GASC esclareceu que a alocação da CET se distribui da seguinte forma: 40% para o programa de educação, 30% para o programa de assuntos sociais, 20% para o Governo Eclesial e 10% para gestão e administração.
- Para 2025 mantém-se as alocações para as Confissões Religiosas Não Católicas e para as Congregações e Ordens Religiosas Católicas, e será dado apoio às Organizações da Sociedade Civil (apoio iniciativas humanitárias, apoio à boa governação e ao fortalecimento institucional e apoio para o Fórum Sociedade Civil CPLP e ASEAN).
- Quanto à organização da resistência OPJLATIL, o GASC esclareceu que esta organização recebeu apoio em 2023, sendo que o primeiro pagamento feito é de 40% do valor total. Para que a organização recebesse os restantes 60% teria de apresentar um relatório, que não foi entregue e essa é a justificação para não ter sido pago o valor total, mas apenas 40%.

- Relativamente à Rede Feto, esta organização recebeu $12.000, não tendo ainda submetido qualquer relatório nem respondido aos três ofícios enviados pelo GASC.
- Quanto ao financiamento dos grupos comunitários, foram financiados 300 grupos desde 2009 a 2011.

10. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

Ministério da Saúde	$67,700,906.00	$2,114,489.55	$4,772,731.16	$40,686,864.35	$20,126,820.94	67.1%
CATEGORIA	Budget	Compromissos	Obrigações	Real	Saldo	Execução %
Salários e Vencimentos	$36,827,970.00	$.00	$.00	$22,041,041.86	$14,786,928.14	59.8%
Bens e Serviços Correntes	$13,090,847.00	$707,167.54	$3,406,747.09	$5,584,192.98	$3,392,739.39	68.7%
Transferências Públicas	$13,317,832.00	$868,803.52	$.00	$12,296,197.23	$152,831.25	92.3%
Capital Menor	$2,564,257.00	$54,000.00	$108,564.00	$609,700.00	$1,791,993.00	28.0%
Capital de Desenvolvimento	$1,900,000.00	$484,518.49	$1,257,420.07	$155,732.28	$2,329.16	74.4%

O OGE para 2024 referente ao MS foi de $67.600.906. A execução orçamental para esse Ministério, até 18 de outubro de 2024 foi de 67,1% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A categoria de Transferências Públicas é a que apresenta uma percentagem de execução mais alta, de 92,3%, em contraste com a categoria de Capital Menor que apenas foi executada em 28%.

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao MS de $73.931.148, o que resulta num aumento de 9,36 %, relativamente ao montante alocado no OGE para 2024. A proposta de dotação orçamental do MS para 2025 foi dividida em três programas: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, Cuidados de Saúde Primários e Cuidados de Saúde Secundários e Terciários. Os programas subdividem-se em 16 subprogramas e 72 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de $14.238.023 registando uma redução de 68,07% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024, para o programa Cuidados de Saúde Primários propõe-se um orçamento de $36.378.099 registando um aumento de 400,13% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024, e o programa Cuidados de

Saúde Secundários e Terciários conta com uma alocação orçamental de $23.315.026, registando um aumento de 48,10% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024.

Relativamente às categorias, propõe-se redução nas categorias Bens e Serviços, Capital Menor e Capital de Desenvolvimento, e um aumento substancial, no valor de $8.400.000,00, na categoria Transferências Públicas.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- Quanto à elevada execução da categoria Transferências Públicas, no valor de $12.296.197,23 (92,3%), o MS explicou que a mesma se destinou ao pagamento de custos operacionais de transferência de pacientes para o estrangeiro e ao pagamento dos subsídios dos colaboradores da brigada médica cubana.
- Relativamente ao Capital menor, com uma taxa de execução de 28%, destinou-se à compra de 10 ambulâncias multifunções e um carro operacional. O valor em saldo encontra-se neste momento em processo de compra de equipamentos médicos e mobiliário.
- Na categoria Capital de Desenvolvimento já foram executados $155.732,28, existindo uma obrigação de $1.257.420,07 e compromisso de $484.518,49, o que equivale a uma taxa de 74,4%.
- Execução por programa: execução alta de 93% no programa 529: Cuidados de Saúde Secundários e Terciários, relacionado com o tratamento de pacientes no estrangeiro e nos centros de internamentos e nos 4 hospitais referais, e à implementação do Pacote Integrado de Saúde nos municípios. A execução também se justifica pelo serviço prestado pelos 5449 funcionários permanentes, incluindo 64 médicos especialistas.
- Os serviços municipais de saúde, em colaboração com os serviços centrais do MS, prestam atendimento de saúde ao público nas várias unidades de saúde.

- Relativamente ao ano de 2024, o MS apresentou gráficos com os resultados quanto à saúde materno-infantil e crianças, que se traduzem no seguinte:
  - Quanto às consultas ante natais, verifica-se uma taxa elevada, de 76%, de grávidas que vão à primeira consulta, sendo essa taxa mais reduzida, de apenas 40%, no que diz respeito à 4ª consulta ante natal.
  - Dos partos registados em Timor-Leste de janeiro a setembro de 2024, apenas 46% foram realizados em unidades de saúde (41%) ou em casa (5%) assistidos por profissionais de saúde, sendo que esta percentagem não inclui o relatório de partos realizados no HNGV e nos Hospitais Referais. Esta percentagem mostra uma redução dos partos realizados em casa comparativamente com o passado.
  - Quanto à mortalidade perinatal, registam-se de janeiro a setembro de 2024, 84 nados mortos, 83 bebés dos 0 aos 6 dias, e 30 bebés dos 7 aos 28 dias. Estes dados mostram um número elevado de mortes perinatais, sendo necessária a melhoria na qualidade dos cuidados ante natais nas unidades de saúde, melhoria na identificação de complicações, expansão do PES, melhoria de recursos humanos para garantir a assistência de saúde no período pós-natal nas facilidades de saúde e no domicílio.
  - Quanto às visitas pós-natal da primeira semana e das semanas 1-6, entre janeiro e setembro de 2024, os dados apresentam taxas inferiores a 50% em todo o território nacional. Isto justifica-se uma vez que a promoção e educação na saúde é baixa, verificando-se limitações nos transportes e nos recursos humanos, como parteiras, para fazer visitas ao domicílio no período pós-natal.
  - Quanto à percentagem de imunização, os dados mostram que a cobertura de imunização é elevada nas crianças com idades entre 1 e 6 anos, no entanto é necessário aumentar esta imunização nas crianças com menos de 1 ano.
  - Na campanha de vacinação HPV de 2024, foram dadas 58.238 doses.
- Relativamente ao progresso na área da nutrição, o MS apresentou os seguintes dados:

- O programa de suplementação de ferro e ácido fólico (IFA) a meninas adolescentes com idades entre os 12 e os 16 anos, em 2024, foi implementado em Covalima, Ermera, Manatuto, Liquiçá, Lautém e RAEOA; em Covalima já foi distribuído por 27 escolas; em Ermera já foi feita socialização em 20 escolas básicas, no entanto ainda não foi feita distribuição; em Manatuto, Liquiçá, Lautém e RAEOA está a ser feita socialização a nível do posto administrativo, mas ainda não foi feita nas escolas; o plano até ao final do ano é a implementação do programa em 5 municípios.
- Quanto à distribuição de suplementos alimentares a grávidas e lactantes: 6706 beneficiárias receberam o suplemento em setembro, num total de 40.230 quilos de ração; em setembro verificaram-se 248 novas beneficiárias; já foram utilizadas 5772 doses, restando 1352 doses no armazém nacional.
- O MS esclareceu ainda que é o implementador chave do programa de nutrição, podendo, no entanto, existir outras entidades com competência nesta área, como a UNMICS e a Presidência da República.

- Relativamente ao progresso na área da saúde adolescente e jovem, o MS realizou as seguintes atividades: distribuição de suplementos de ferro e ácido fólico a meninas adolescentes (12-16 anos) para prevenir a anemia; disseminação de informação sobre saúde reprodutiva adolescente para estudantes do ensino básico e secundário, com o objetivo de aumentar o conhecimento e promover uma vida saudável; estabelecimento dos Centros Amigáveis para os jovens em Aileu, Ainaro e Bobonaro, com o objetivo de atender a problemas de saúde específicos que os jovens enfrentam.
- Quanto ao progresso na área do controlo de doenças contagiosas, foram apresentados os seguintes dados:
  - Tuberculose: 92% dos casos detetados de todas as formas de tuberculose receberam tratamento; existem medicamentos suficientes e em quantidade;

os recursos humanos também são suficientes e qualificados em todos os municípios.

- Malária: em 2024 não foram registados casos de malária; equipas de entomologia realizam intervenções nas fronteiras para controlo de transmissão; distribuição de mosquiteiros em Bobonaro, Suai e Oe-Cusse, municípios considerados mais propícios a malária; recursos humanos suficientes; medicamentos de primeira linha existentes.
- Dengue: o número de casos em 2023 e 2024 é inferior ao registado em 2022; a percentagem de casos de mortes por dengue em 2023 e 2024 é de 0,4% e 0.7%, respetivamente, sendo que em 2022 foi de 1,2%; realização de fumigações frequentes em Díli e outros municípios ajuda na supressão de casos de dengue.
- O MS continua a intervir no controlo das doenças contagiosas, para reduzir o número de casos no país.
- O MS em 2024 realizou testes às famílias dos pacientes. A Tuberculose tem uma projeção de 13.380, com uma taxa de 85% de atingimento. Do 1.º ao 2.º trimestre, atingiram 68%, tendo sido prestada assistência médica a 2299 pacientes, sendo que a projeção eram 1000 por trimestre. Do 1.º ao 3.º trimestre foram registados 4135 pacientes.

- Quanto ao progresso na área do controlo de doenças não contagiosas, foram apresentados os seguintes dados:
  - O serviço Pacote PEN implementado nos municípios ajuda muito na notificação de casos de doenças não contagiosas; o número de casos de hipertensão em mulheres é muito elevado, com uma percentagem de 81%, em comparação com os homens (77%); asma bronquial é mais frequente em homens, com uma taxa de 10%, devido a hábitos pouco saudáveis, como fumar.
- O programa de educação e promoção da saúde apresenta os seguintes resultados:

- O pacote de cuidados de saúde primárias cobre já 33 áreas temáticas, não estando ainda cobertas as áreas de TB e HIV.
- O programa saúde escolar já foi implementado em todas as escolas do território nacional e tem como objetivos a prevenção da diarreia, dengue, consumo de bebidas alcoólicas e tabaco, lombrigas, gestão do lixo, consumo de alimentação saudável e segura, entre outros.

- O MS apresentou ainda alguns desafios: quanto à saúde primária, os desafios são: as doenças crónicas ou de prevenção de longo prazo, como diabetes, hipertensão, doenças cardíacas; o estigma e a falta de conhecimento quanto a doenças crónicas ou mentais; a falta de capacidade de reabilitação e monitorização regular; a falta de alocação orçamental suficiente para as doenças não contagiosas e saúde mental; acesso aos estabelecimentos de saúde dificulta a prestação de serviços de saúde primária e secundária de qualidade à comunidade; consumo de antibióticos sem receita médica; falta de conhecimento e educação sobre saúde pública e sobre o impacto das alterações climáticas. Relativamente aos cuidados de saúde secundária, os desafios são: ainda não existe um banco de sangue nos hospitais; o sistema de informação hospitalar ainda não está em pleno funcionamento, sendo necessário capacitação do pessoal responsável pelo registo de dados e gestão de informação; transferência de pacientes para o estrangeiro, sendo necessário o estabelecimento de um centro cardíaco e de oncologia em Timor-Leste; e falta de especialistas, uma vez que atualmente não existem especialistas suficientes para atender às necessidades da população.
- Atualmente existem as seguintes unidades de saúde: 33 em Aileu, 28 em Ainaro, 7 em Ataúro, 42 em Baucau, 41 em Bobonaro, 35 em Covalima, 25 em Díli, 46 em Ermera, 42 em Lautém, 32 em Liquiçá, 28 em Manatuto, 30 em Manufahi, 26 em Oe-Cusse, 52 em Viqueque. É de salientar que em Covalima apenas 43% das facilidades de saúde têm acesso a água potável e que apenas 51% tem acesso a eletricidade. No total existem 72 centros de saúde e 342

postos de saúde, sendo que 26 centros de saúde e 77 postos de saúde necessitam de reabilitação.

- Quanto ao orçamento para 2025, o MS informou que o fundo de infraestrutura prevê alguns projetos de construção e reabilitação, como: reabilitação do Hospital de Lahane, supervisão da construção do edifício pediátrico e ICCU no HNGV e armazém INFPM, construção CHC, construção de postos de saúde e residência sénior.
- Questionado sobre o centro de cardiologia e oncologia, o MS esclareceu que o processo iniciou em 2024 e continuará em 2025, tendo sido alocado orçamento para o mesmo. A responsabilidade deste processo é do 2.º Vice-Primeiro-Ministro. O MS tem coordenado com o VPM II sobre o processo de reabilitação do antigo hospital de Lahane, preparação de especialistas, e recursos técnicos para a criação de condições adequadas ao estabelecimento do Centro Especializado de Oncologia.
- Relativamente à questão sobre o atendimento dos pacientes de cancro, o MS informou que os pacientes com suspeitas de cancro realizam análises para o diagnóstico, e que no HNGV a unidade de histopatologia tem reagentes suficientes para as análises de biopsia, não sendo necessário o envio das mesmas para o estrangeiro. No entanto, os pacientes são enviados para o estrangeiro para tratamento, uma vez que o HNGV ainda não tem modalidade de tratamento de quimioterapia, radioterapia e imunoterapia.
- Quanto à questão sobre os resultados do suplemento de nutrição, o MS esclareceu que, desde janeiro a setembro, a taxa de cura de má nutrição atingiu os 86% e que destes, 54% são crianças com menos de 5 anos receberam acompanhamento. Informou ainda que na área da nutrição, o MS tem intervindo da seguinte forma: monitorização do crescimento das crianças, identificação e tratamento de malnutrição severa, implementação do programa de fornecimento de comida para bebés e crianças, monitorização de salas de amamentação no HNGV e no HR Baucau, fornecimentos de suplementos, nutrientes e vitaminas.

- Relativamente ao vírus HIV, o MS informou que em 2024 registaram-se 189 novos casos, e que destes, 25 faleceram. O resultado da intervenção do MS é o tratamento de 82% dos pacientes com HIV e a prevenção da transmissão do HIV das grávidas aos filhos, através do medicamento antirretroviral.
- Questionado sobre o pessoal de saúde existente nos municípios e nos serviços centrais, o MS informou que atualmente o número de profissionais de saúde nos municípios não é suficiente para dar cobertura de assistência médica integrada, com base no pacote de prestação de cuidados de saúde primários. O rácio de profissionais de saúde por 10.000 habitantes é de 7 médicos, 13 enfermeiros e 7 parteiras.
- O MS foi ainda questionado sobre os dois profissionais de saúde da RAEOA que obtiveram bolsas de estudo para a especialidade de cardiologia, tendo esclarecido que ambos voltaram a Timor-Leste, mas que apenas um continua a trabalhar no HNGV. Informou ainda que há grande necessidade de médicos especialistas nesta área.
- Relativamente à questão do *stock-out*, o MSupply, que é o sistema de centraliza os dados de distribuição dos medicamentos, reagentes e consumíveis, até agosto de 2024 a estrutura anterior ainda tinha acesso. O MS esclareceu que quando assumiu o cargo, a percentagem de *stock-out* do antigo SAMES era de 58%. Além disso, informou que o total do orçamento para cobrir as necessidades da população deve estar entre os $13 milhões e os $16 milhões. No ano de 2020 foi alocado um orçamento de $5.6 milhões, em 2021 foi alocado um orçamento de $7.4 milhões, em 2022 um orçamento de $5.7 milhões, em 2023 alocado um orçamento de $5 milhões, tendo o orçamento retificativo alocado mais $6 milhões, e em 2024 um orçamento inicial de $4.3 milhões e final de $12.3 milhões. Foi ainda explicado que a compra de medicamentos foi feita através de adjudicação direta a uma companhia local no valor de $6 milhões para fornecimento de medicamentos, consumíveis e reagentes, cumprindo com os requisitos do processo de aprovisionamento previsto no regime de aprovisionamento, e visto pela Câmara de Contas. Já

foram fornecidos 763 itens, o que corresponde a 99,32%, e o prazo de validade é de 2 anos.

- Quanto à destruição de medicamentos, o MS informou que isto acontece devido a problemas de gestão de armazém, de distribuição de medicamentos e de cálculo dos medicamentos necessários nas unidades de saúde. O sistema de informação digital de controlo de medicamentos do SAMES não funciona e os novos dirigentes do INFPM procuram atualmente uma solução, passando esta por um sistema de *barcode* dos produtos e a utilização de ferramentas digitais para controlo de *stock*, entre outros.
- Relativamente aos medicamentos expirados desde 2020 a 2023, o MS apresentou os seguintes dados: 2020 – 140 medicamentos com um total de $446.836,46; 2021 – 93 medicamentos com um total de $355.267,00; 2022 – 152 medicamentos com um total de $128.896,12; 2023 – 125 medicamentos com um total de $373.937,09. O total orçamental desde 2020 a 2023 é de $1.304.936,67.
- Quanto à transferência de pacientes para o estrangeiro, desde 2010 que foram transferidos 3806 pacientes, sendo que de janeiro a setembro de 2024, foram transferidos 437 pacientes, dos quais 14 faleceram. O MS esclareceu que atualmente encontra-se pendente para pagamento um total de dívida no valor de $21.588.752,34 (Mouth Elisabeth, em Singapura, Gleneagles, H. Prince Medical Centre e H. Pantai Kuala Lumpur, na Malásia, e H. Siloam, na Indonésia). Deste total, o MS já verificou as faturas no montante de 9 milhões de dólares, e as faturas dos meses de setembro e outubro ainda não foram recebidas. No processo de verificação foram encontradas algumas irregularidades, como o facto de alguns dos pacientes não serem cidadãos timorenses e de alguns pacientes terem recebido tratamento sem a aprovação da Junta Médica.
- O MS apresentou ainda dados sobre o número total de pacientes atendidos pelas unidades de saúde: 3.228.962 de consultas ao nível dos cuidados de saúde primária nos centros de saúde comunitários; 1.7 milhões de pacientes de

consultas externas do serviço hospitalar, destes 426 pacientes foram transferidos para o HNGV dos hospitais referais e 1353 foram transferidos para o HNGV dos municípios; 982 consultas de especialidade.

- Quanto às receitas no INSPTL e do HNGV de 2023 e 2024, o MS informou que as receitas do HNGV em 2023 foram de $387.988,87 e desde janeiro até setembro de 2024 foram de $343.940,40, e do INSPTL, as receitas provenientes dos testes de laboratório em 2023 foram de $58.897 e desde janeiro até setembro foram de $54.162,98. O MS explicou ainda que estas receitam são devolvidas ao cofre do Estado.
- O MS explicou que os profissionais de saúde estão sujeitos ao regime de exclusividade aplicável aos funcionários e agentes da função pública, previsto na Resolução do Governo n.º 57/2024, de 4 de outubro, e no artigo 9.º do Estatuto da Função Pública.
- Para os pacientes veteranos, o processo de transferência para tratamento no estrangeiro tem de passar pela Junta Médica do HNGV, no entanto o pagamento é feito pelo MACLN.
- O MS prestou os seguintes dados registados de janeiro a setembro de 2024: HOREX – 75 camas, e taxa de ocupação de camas (BOR). O HNGV tem atualmente 359 camas.
- O MS informou ainda que receberá apoio do Governo australiano em 2025 e 2026 no valor de 5.9 milhões de dólares.
- Para o ano de 2025, prevê-se uma alocação de 2 milhões de dólares para o recrutamento de profissionais de saúde.

11. HOSPITAL NACIONAL GUIDO VALADARES (HNGV)

Hospital Nacional Guido Valadares	$13,561,728.00	$1,201,577.24	$983,753.89	$8,399,862.45	$2,976,534.42	69.2%
CATEGORIA	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salários e Vencimentos	$8,319,005.82	$.00	$.00	$6,831,600.45	$1,487,405.37	82.1%
Bens e Serviços Correntes	$4,089,826.98	$560,621.74	$714,976.54	$1,389,201.95	$1,425,026.75	51.4%
Capital Menor	$652,679.20	$400,530.05	$41,643.50	$179,060.05	$31,445.60	33.8%
Capital de Desenvolvimento	$500,216.00	$240,425.45	$227,133.85	$.00	$32,656.70	45.4%

O OGE para 2024 referente ao HNGV foi de $13.561.728. A execução orçamental para o HNGV, até 18 de outubro de 2024 foi de 69,2% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A categoria de Salários e Vencimentos apresenta uma boa percentagem de execução no ano fiscal de 2024, com 82,1%, verificando-se, no entanto, uma execução baixa nas categorias de Capital Menor e de Capital de Desenvolvimento, de 33,8% e 45,4%, respetivamente.

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao HNGV de $14.855.924, o que resulta num aumento de 9,54%, relativamente ao montante previsto no OGE para 2024. A proposta de dotação orçamental do HNGV para 2025 foi dividida em dois programas - Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Inclusão Social, 10 subprogramas e 36 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de $4.904.326, registando uma redução de 1,53% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024, e para o programa Cuidados de Saúde Secundários e Terciário, programa novo, propõe-se um orçamento de $9.951.598. O programa Inclusão Social deixa de estar previsto no OGE de 2025.

Relativamente às categorias, propõe-se um aumento substancial do orçamento alocado à categoria Capital Menor, com um aumento de $1.386.353,00, e redução orçamental nas categorias Bens e Serviços e Capital de Desenvolvimento.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- Quanto ao ano de 2024, o HNGV informou que conta com uma força de trabalho de 1453 profissionais, destes 912 são funcionários permanentes, 337 são contratados regulares, 209 são contratados pelo MS e 4 são contratados internacionais.

- Quanto aos indicadores chave, foram apresentados os seguintes dados: de janeiro a setembro de 2024, 33.864 pacientes realizaram diagnóstico de radiologia; foram registados 3622 doadores do banco de sangue; o número total de receitas de medicamento no HNGV foi de 149.577; foram transferidos para o HNGV 4336 pacientes dos hospitais referais e dos centros de saúde; deram entrada no HNGV 50.853 pacientes, destes 140 pacientes falecerem em menos de 24 horas; 4907 pacientes deram entrada no bloco operatório; foram feitas 335 consultas de hemodiálise.
- Quanto ao orçamento de 2025, o HNGV esclareceu que o valor proposto para a categoria Salários e Vencimentos se destina ao pagamento de salários aos funcionários e agentes (médicos especialistas, médicos de clinica geral, enfermeiros, parteiras e técnicos aliados), de salários mensais ao pessoal permanentes, dos titulares dos cargos de chefia e dos contratados nacionais, e ao subsídio mensal de transporte; o orçamento da categoria Bens e Serviços destina-se ao pagamento de transportes, material de escritório, combustível para geradores e veículos, manutenção de veículos, limpeza e higiene, entre outros; a categoria Capital Menor destina-se à compra de equipamentos informáticos, geradores, equipamentos dentário, outras máquinas e equipamento médico; e o Capital de Desenvolvimento destina-se a projetos de reabilitação, construção e expansão de salas e unidades no HNGV.
- O HNGV esclareceu que existem na ICU 6 ventiladores e no total 22 ventiladores e que os mesmos se encontram em armazém, sendo apenas colocados na ICU quando necessários, uma vez que apenas alguns pacientes precisam de utilizar ventiladores.
- O HNGV informou ainda que desde o início do ano foram feitas 12 queixas e que já foi feito o levantamento das mesmas nos departamentos competentes.
- Relativamente à questão colocada sobre a existência de transferências por confiança de pacientes, o HNGV esclareceu que estas não existem e que as transferências têm sempre de ter a aprovação da equipa da Junta Médica

Nacional, após diagnóstico e resultados de laboratório e avaliação de custos operacionais.

12. INSTITUTO NACIONAL DE FARMÁCIA E PRODUTOS MÉDICOS (INFPM)

Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos	$16,294,065.00	$481,857.59	$3,810,964.45	$10,720,394.28	$1,280,848.68	89.2%
CATEGORIA	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salários e Vencimentos	$1,006,837.00	$.00	$.00	$454,999.49	$551,837.51	45.2%
Bens e Serviços Correntes	$13,726,929.07	$481,857.59	$3,801,659.57	$8,831,241.31	$612,170.60	92.0%
Transferências Públicas	$1,450,500.00	$.00	$.00	$1,393,724.83	$56,775.17	96.1%
Capital Menor	$27,100.00	$.00	$.00	$15,275.00	$11,825.00	56.4%
Capital de Desenvolvimento	$82,698.93	$.00	$9,304.88	$25,153.65	$48,240.40	41.7%

O OGE para 2024 referente ao INFPM foi de $16.294.065, incluindo os $8.000.000,00 do Fundo de Contingência. A execução orçamental para o INFPM, até 19 de outubro de 2024 foi de 89,2% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao INFPM de $16.431.180,00, o que resulta num aumento de 98,11%, relativamente ao montante previsto no OGE para 2024, sem contar com o orçamento transferido do Fundo de Contingência. A proposta de dotação orçamental do INFPM para 2025 foi dividida em três programas - Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, Cuidados de Saúde Primária e Cuidados de Saúde Secundários e Terciários, 11 subprogramas e 31 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de $2.248.962,00, registando um aumento de 6,45% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024, para o programa Cuidados de Saúde Primária, programa novo, propõe-se um orçamento de $8.553.246, e para o programa Cuidados de Saúde Secundários e Terciários, programa novo, propõe-se um orçamento de $5.628.972,00. O programa Saúde deixa de estar previsto no OGE de 2025.

Relativamente às categorias, propõe-se aumentar o orçamento na maioria das categorias, excetuando a categoria Salários e Vencimentos. A categoria com maior aumento orçamental é o Capital de Desenvolvimento.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- Relativamente a 2024, o INFPM apresentou alguns dados sobre os indicadores principais do OGE 2024. Quanto ao indicador medicamentos e suprimentos médicos disponíveis em todas as unidades de saúde, registaram-se, de janeiro a setembro de 2024, 1250 produtos farmacêuticos no armazém do INFPM, foram distribuídos 1229 produtos a 43 unidades de saúde, e existem 201 produtos na PIPELINE.
- O INFPM informou que atualmente existe uma percentagem de 24% de *stock-out* de medicamentos no armazém INFPM.
- Relativamente à redução da categoria Salários e Vencimentos, o INFPM esclareceu que houve uma alteração na estrutura do instituto, tendo sido necessário reduzir a mesma, o que significa que o orçamento para o pagamento de salários e vencimentos não é tão elevado, tendo sido este valor alocado à compra de medicamentos.
- Quanto à questão sobre o armazém alugado pelo INFPM, foi esclarecido que anteriormente o INFPM arrendava um armazém em Bebonuk, no valor de $6500 por mês, mas que atualmente arrendam outro armazém no valor de $4500 mensais.
- Relativamente ao stock-out de medicamentos, o INFPM apresentou como razões principais as seguintes: processo de aprovisionamento com falhas e atrasos; capacidade limitada de previsão das necessidades dos consumidores, criando situações de *overstocking* ou de *stock-out*; lacunas no orçamento e na gestão financeira; fraca gestão de logística e da cadeia de fornecimento; ineficiência na distribuição; falta de dados atualizados sobre o stock; falta de

comunicação entre as unidades de saúde, a DNFM e o INFPM; capacidade limitada de fabricação nacional, sendo que Timor-Leste importa a maioria dos medicamentos; e deficiência de recursos humanos.

- Quanto à gestão de distribuição dos medicamentos pelas diferentes unidades de saúde, o INFPM explicou que os medicamentos se encontram armazenados no armazém central, em Díli, e nos três armazéns municipais, em Baucau, Maliana e Ainaro. Quando existem pedidos de medicamentos, o pedido é feito ao armazém central e encaminhado, depois, para o armazém mais perto da unidade de saúde que fez o pedido.
- O INFPM informou que as possíveis soluções para o problema do stock-out são a simplificação do processo de aprovisionamento, a celebração de contratos a longo termo com fornecedores internacionais e locais, o aumento de alocação orçamental e a melhoria na gestão financeira, a melhoria na previsão de medicamentos e na gestão do stock, aumento da capacidade dos recursos humanos, entre outros.

13. INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA DE TIMOR-LESTE (INSPTL)

Instituto Nacional da Saúde Pública de Timor Leste	$2,058,284.00	$11,521.96	$306,615.13	$918,001.14	$822,145.77	59.5%
CATEGORIA	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salários e Vencimentos	$1,023,746.00	$.00	$.00	$627,039.21	$396,706.79	61.2%
Bens e Serviços Correntes	$1,034,538.00	$11,521.96	$306,615.13	$290,961.93	$425,438.98	57.8%

O OGE para 2024 referente ao INSPTL foi de $2.058.284. A execução orçamental para o INSPTL, até 19 de outubro de 2024 foi de 59,5% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao INSPTL de $2.360.299, o que resulta num aumento de 14,67%, relativamente ao montante previsto no OGE para 2024. A proposta de dotação orçamental do INSPTL para 2025 foi dividida em dois programas - Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Cuidados de Saúde Primários, 9 subprogramas e 27 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de $1.839.254, registando um aumento de 99,85% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024, e para o programa Cuidados de Saúde Primários, programa novo, propõe-se um orçamento de $521.045. O programa Saúde deixa de ser previsto no OGE de 2025.

Relativamente às categorias, propõe-se um aumento orçamental nas categorias Salários e Vencimentos e Bens e Serviços, e a introdução de uma nova categoria de Capital Menor com um orçamento de $65.000,00.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- Relativamente ao ano de 2024, o INSPTL informou que foi feita investigação do vírus dengue em Dili, do vírus Chikungunya em Ermera e em Díli, investigação de EADI (eventos adversos depois da imunização) da Hepatite B, investigação da doença da raiva, sendo que foi registado o primeiro caso de raiva em 2024, investigação das inundações em Covalima, investigação de febre e de intoxicação Pop Ice em Díli, e investigação de surto de diarreia em Manatuto.
- Quanto aos indicadores chave, foram realizadas 4 pesquisas na área clínica e microbiologia (o objetivo eram 14), 6 pesquisas na área de saúde pública (o objetivo eram 3), e 0 pesquisas na área de gestão (o objetivo eram 3).
- O INSPTL informou ainda que foram realizadas 3 publicações em jornais internacionais, 8 publicações nacionais, 2 seminários científicos nacionais, 1 seminário científico internacional, 8 análises e observações de saúde, 8 pesquisas em colaboração com parceiros e 2 pesquisas com o OGE do INSPTL.
- Realizaram-se várias ações de formação na área clínica, de saúde pública e de gestão, em todos os municípios.
- Relativamente ao laboratório nacional, realizaram-se 794.582 testes de laboratório, maioritariamente testes químicos.

- Quanto ao OGE 2025, o INSPTL esclareceu que o aumento do orçamento na categoria Bens e Serviços se destina à manutenção de máquinas em todo o território, e que a introdução da categoria Capital Menor se destina ao apoio ao laboratório de saúde pública para a compra de AC e de mobiliário.
- Ainda relativamente ao problema dos reagentes e das máquinas do laboratório, o INPSTL esclareceu que quando há falta de reagentes, são utilizados reagentes de outros laboratórios e que, quanto às máquinas, não se prevê orçamento para a compra de novas máquinas, mas sim para a manutenção das máquinas existentes, que estão atualmente em boas condições, num total de $135.000,00.
- O INSPTL foi ainda questionado sobre o departamento de toxicologia onde algumas máquinas não funcionam por falta de reagentes e de recursos humanos formados para operar as máquinas. O INSPTL informou que já foram abertos processos de aprovisionamento três vezes pelo INFPM, mas sem sucesso, uma vez que os reagentes vêm do estrangeiro e que se torna muito dispendioso. Assim, a solução será uma possível colaboração com laboratórios do estrangeiro, que se encontrem mais próximos de Timor-Leste, para que haja fornecimento desses reagentes.
- Quanto à máquina Atomic Absorption Spectrophotometer (AAS), o INSPTL esclareceu que a sua aquisição foi feita com o OGE de 2017, mas que ainda não existem recursos humanos formados para operar a máquina.
- Quanto à questão sobre a doença da raiva, o INSPTL esclareceu que desde o início do ano foram reportadas 974 pessoas mordidas por cães. Explicou ainda que o número de casos reportados de mordidas é superior ao passado, uma vez que, devido à existência da doença, as pessoas reportam mais estes acontecimentos. Quando estes casos são reportados, o INSPTL e o MS coordenam com os serviços de vigilância nos municípios para que analisem os casos e que as pessoas mordidas sejam verificadas. Registam-se os seguintes dados de cães positivos a raiva: 20 em Bobonaro, 35 na RAEOA e 8 em Covalima; e o total de cães vacinados é de 48.482.

- Quanto à questão sobre a inspeção alimentar, o INSPTL informou que é feita inspeção conjunta com a AIFAESA.

14. SERVIÇO NACIONAL DE AMBULÂNCIAS E EMERGÊNCIA MÉDICA (SNAEM)

Serviço Nacional de Ambulâncias e Emergência Médica	$2,473,928.00	$130,313.00	$423,342.50	$1,427,777.95	$492,494.55	74.8%
CATEGORIA	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salários e Vencimentos	$1,129,037.00	$.00	$.00	$811,712.25	$317,324.75	71.9%
Bens e Serviços Correntes	$943,545.00	$130,313.00	$154,852.50	$505,410.70	$152,968.80	70.0%
Transferências Públicas	$120,000.00	$.00	$.00	$110,655.00	$9,345.00	92.2%
Capital Menor	$281,346.00	$.00	$268,490.00	$.00	$12,856.00	95.4%

O OGE para 2024 referente ao SNAEM foi de $2.473.928. A execução orçamental para o SNAEM, até 19 de outubro de 2024 foi de 74,8% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao SNAEM de $3.093.293, o que resulta num aumento de 25,04%, relativamente ao montante previsto no OGE para 2024. A proposta de dotação orçamental do SNAEM para 2025 foi dividida em dois programas: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Cuidados de Saúde Secundários e Terciários. Os programas subdividem-se em 6 subprogramas e 19 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de $1.042.138 registando um aumento de 17,48% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024, e para o programa Cuidados de Saúde Secundários e Terciários propõe-se um orçamento de $2.051.155, registando um aumento de 29,26% relativamente ao montante alocado no OGE de 2024.

Relativamente às categorias, propõe-se um aumento orçamental em todas as categorias.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- O SNAEM informou que existe um total de 58 ambulâncias, sendo que destas 25 estão em boas condições e 5 são novas, o que significa que apenas 30 ambulâncias estão a ser utilizadas. 28 ambulâncias não podem ser arranjadas e serão devolvidas ao património do Estado. O Plano Estratégico de 2023 a 2027 prevê que devem existir pelo menos 3 ambulâncias em cada município.
- O total de pacientes transportados via aérea, marítima e terrestre foi de 13.139 em 2023. Desde janeiro a setembro de 2024, foram transportados 3237 pacientes. Morreram 9 pacientes em 2024.
- O SNAEM informou ainda que foram desenvolvidos vários documentos e políticas, como: plano estratégico SNAEM, guião de serviço de ambulâncias, guião de serviços clínicos de ambulância, guião de serviço de logística, e política de fortalecimento institucional do SNAEM.
- Em 2024 foram estabelecidos centros de operação de emergência no HNGV, em Ainaro, Lautém e RAEOA; foram distribuídos Medical Camp Kit em 12 municípios, incluindo RAEOA; foi construído um edifico para o Serviços de Administração de Logística e Recursos Humanos Nacional; foi realizada formação Salva-Vidas Básico em 12 município, incluído RAEOS, entre outros.
- Quanto à força de trabalho, o SNAEM esclareceu que o total de funcionários é de 142.

15. MINISTÉRIO PARA OS ASSUNTOS DOS COMBATENTES DA LIBERTAÇÃO NACIONAL (MACLN)

Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	$113,010,076.00	$4,001,052.07	$1,689,060.16	$88,113,816.02	$19,206,147.75	79.5%
CATEGORIA	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salários e Vencimentos	$1,881,274.00	$.00	$.00	$1,222,997.38	$658,276.62	65.0%
Bens e Serviços Correntes	$6,426,976.00	$204,796.42	$79,084.92	$4,199,568.02	$1,943,526.64	66.6%
Transferências Públicas	$100,853,776.00	$2,830,880.65	$19,520.00	$82,141,555.45	$15,861,819.90	81.5%
Capital Menor	$363,950.00	$118,475.00	$.00	$217,125.00	$28,350.00	59.7%
Capital de Desenvolvimento	$3,484,100.00	$846,900.00	$1,590,455.24	$332,570.17	$714,174.59	55.2%

O OGE para 2024 referente ao MACLN foi de $113.010.076. A execução orçamental para esse Ministério, até 18 de outubro de 2024 foi de 79,5% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

As taxas de execução das categorias orçamentais do MACLN mostram-se no geral boas. A categoria Transferências Públicas é a que apresentam uma percentagem de execução mais alta, em contraste com a categoria de Capital de Desenvolvimento que apresenta uma execução de 55%.

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao MACLN de $207.069.136,00, o que resulta num aumento de 83,23%, relativamente ao montante previsto no OGE para 2024. A proposta de dotação orçamental do MACLN para 2025 foi dividida em dois programas - Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Inclusão Social, 6 subprogramas e 12 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de $3.402.212,00 registando uma redução de 8,06% relativamente ao montante previsto no OGE de 2024, e para o programa de Inclusão Social propõe-se um orçamento de $203.666.924,00 registando um aumento de 86,32% relativamente ao montante previsto no OGE de 2024.

Relativamente às categorias, propõe-se um aumento substancial na categoria de Transferências Públicas, de $94.662.146,00.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- O MACLN informou que conta com uma força de trabalho de 308 funcionários, 211 homens e 97 mulheres.
- Quanto ao resultado das atividades de 2024, o MACLN apresentou os seguintes dados: 102.049 validações do 2.º registo, 28.665 pagamentos de pensões, 1274 bolsas de estudo, 789 caixões entregues aos CLN falecidos, 509 tratamentos de saúde (272 em Timor-Leste e 237 no estrangeiro), 84 outras contribuições, 45 sepultamentos nos Jardins dos Heróis, 24 contribuições para a finalização de estudos, 3 recolhas de restos mortais.

- Relativamente às prioridades para 2025, o MACLN informou que são as seguintes: reconhecimento e valorização dos veteranos, combatentes e mártires da libertação, através do pagamento de pensão e subvenção para o 1.º e 2.º registo; conclusão do programa de recolha dos restos mortais dos falecidos no período da ocupação, através das *Uma Lisan*; atribuição de bolsas de estudo para os filhos dos CLN, desde o nível do ensino básico até ao universitário; estabelecimento de estratégia de investimento do Fundo dos Veteranos; apoio na criação do banco do Fundo CLN; continuação da construção dos Jardins dos Heróis da Libertação Nacional; cerimónia de condecoração dos CLN; cerimónia de Estado fúnebre para os restos mortais dos mártires; continuação de pesquisa sobre a história da Luta da Resistência Timorense; continuação do funcionamento do CCLN; assegurar a proteção social dos CLN; e implementação de iniciativas e atividades geradoras de rendimentos para os CLN.
- O MACLN foi questionado sobre os dados do 2.º registo de 2009, tendo esclarecido que o total de registados é de 124,782.
- Quanto às bolsas de estudo, o MACLN esclareceu que em 2024, o número de vagas foi de 1300, o número de requerimentos foi de 3494, o número de bolseiros é de 1274, e o montante a executar é de $1.066.650,00. Informaram ainda que a estimativa para 2025 é: número de vagas 1300 (100 por município), e que o montante previsto é de $1.127.750,00. O MACLN informou ainda que o pagamento das bolsas de estudo é atribuído em novembro.
- Relativamente às *Uma Lisan*, o MACLN informou que existem 16.259 *Uma Lisan* em todo o território nacional, sendo que não existe nenhuma na RAEOA e apenas 12 em Ataúro, e que o número de mortos é de 233.951.
- Quanto ao fornecimento de caixões, o MACLN atribuiu 849 caixões em 2024, e foram já pagos, até ao final de julho, o total de 709 caixões, com o montante de $580.600,00, uma vez que aguardam a entrega de faturas das empresas que

prestam serviços de fornecimento dos caixões. Este valor não constitui dívida para 2025, uma vez que todos os caixões serão pagos até ao final de 2024.

- O MACLN esclareceu ainda que o progresso de execução do Capital de Desenvolvimento de 2024 é o seguinte: nos projetos de retenção, 100% de execução na construção dos jardins dos heróis em Liquiçá, Bobonaro e Lospalos, 100% de execução da construção de campas, nivelamento e pavimento em Laga, 0% de execução de ruas, drenagem e parqueamento no jardim dos heróis de Metinaro e da construção do salão de encontros em Caicoli; nos projetos de reapropriação, mais de 90% de execução de colocação de asfalto no parqueamento em Metinaro e da construção da Uma Mahon em Viqueque, por volta de 50% de execução da Uma Mahon em Fatukero e construção do edifício CCLN em Ermera, e 0% de execução da construção da Gapura em Ainaro e das escadas e muro de proteção no jardim dos heróis em Uatulari; nos projetos novos, apenas a construção de campa e muros de proteção em Liquiçá apresenta uma execução de 50%, os restantes projetos apresentam taxas inferiores, sendo que a construção de campas, pavimento e drenagem do jardim dos heróis em Gleno apresenta uma taxa de 0%.
- Para 2025, o Capital de Desenvolvimento destina-se a 5 projetos de retenção ($268.000,00), 7 projetos de reapropriação ($896.596,14) e 6 novos projetos ($2.575.000,00).
- Relativamente à redução do orçamento da categoria Salários e Vencimentos, o MACLN esclareceu que se previa o recrutamento de uma pessoa, mas que este recrutamento não foi aprovado.
- Quanto ao CCLN, o orçamento proposto para 2025 é de $3.924.534,14, distribuído por três categorias, com os seguintes alocações orçamentais: Bens e Serviços – $3.724.934,14, Capital Menor – $159.600,00 e Capital de Desenvolvimento – $40.000,00.

16. AUDIÊNCIA COM EAST TIMOR TRADING E REDE BA SAÚDE

A Comissão F realizou, no dia 25 de outubro, uma audiência com a East Timor Trading (ETT) e a Rede ba Saúde (REBAS), sobre a apreciação inicial da PPL n.º 12/VI/(2ª), Orçamento Geral do Estado para 2025.

A ETT fez uma apresentação sobre o mercado do tabaco em Timor-Leste, tendo prestado as seguintes informações:

- A aprovação do Decreto-Lei n.º 14/2016, que aprova o Regime Jurídico do Controlo do Tabaco introduziu várias mudanças no mercado, como a limitação das quantidades de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono existentes nos cigarros, a imposição de modelos de rotulagem e de advertências sanitárias nas embalagens dos produtos de tabaco.
- Foi realizado um estudo através de embalagens vazias de tabaco para se determinar quais as marcas de tabaco mais vendidas no país. Determinou-se que as marcas mais vendidas são Marlboro e LA. O estudo foi realizado em duas fases, a primeira realizada em março e abril de 2024, em Díli. De acordo com este estudo, na primeira fase, determinou-se que, 72.6% é a quota de mercado dos produtos legais e 27.4% dos produtos ilícitos. Dentro dos produtos legais, aqueles que têm mais quota de mercado são o LA, com 38.8% e o Marlboro com 33.2%.
- A segunda fase do estudo foi realizada em julho e agosto de 2024, tendo os resultado mostrado algumas alterações. Por exemplo, os produtos ilícitos diminuíram 9.8% em todo o território nacional, e no Oeste, nos territórios que fazem fronteira com a Indonésia, diminuíram 19.3%, desde a primeira fase do estudo. Dentro dos produtos ilícitos, os que mais perderam consumo foi a marca Surya.
- A razões para esta diminuição dos produtos ilícitos deve-se a: na altura da primeira fase do estudo, tanto a Marlboro com a LA registaram uma frequente rutura de stock, o que foi menos frequente na segunda fase do estudo, e

também, os preços de venda a retalho reduziram para os níveis de 2022, agravando a diferença entre o produto legal e o ilícito. Embora o ilícito fosse um pouco mais caro em 2023, a diferença era razoável para os consumidores de Timor-Leste que queriam níveis de alcatrão mais elevados.

- A existência de produtos ilícitos de tabaco em Timor-Leste gera perdas em termos de impostos. No primeiro trimestre do ano, o produto ilícito representava um terço do mercado do tabaco, o que resultou numa perda de $18.933.750,00. Já no terceiro trimestre, esta perda foi de $12.808.125,00 continuando, no entanto, o produto ilícito a representar um quarto do mercado.
- O aumento excessivo dos impostos sobre o tabaco registado em 2023, resultou numa maior procura pelos produtos ilícitos, gerando grandes perdas para o Estado. Os objetivos deste aumento do imposto foram três: desincentivar o consumo de tabaco em Timor-Leste, proteger os cidadãos timorenses das consequências devastadoras para a saúde, e aumentar as receitas do Estado. No entanto, estes objetivos não foram alcançados e o aumento nos impostos resultou num maior consumo de produtos ilícitos e em menos receita para o Estado.
- Retiram-se, assim, as seguintes conclusões: a aprovação da Lei de Controlo do Tabaco de 2016 tem objetivos claros, no entanto, a ausência de testes e monitorização comprometeu o grau de implementação e cumprimento; a natureza permeável da fronteira com a Indonésia continuará a diluir as intenções do governo – atualmente, a terceira maior marca é 100% indonésia; é possível adaptar um regime de impostos especiais de consumo mais simples e mais eficaz; os futuros aumentos do imposto especial de consumo devem ter em conta a extensão da fronteira, a preferência pelos níveis de alcatrão e nicotina da Indonésia, as diferenças de preços com a Indonésia.

A REBAS, durante a sua intervenção, chamou a atenção para diversos temas como:

- O aumento significativo do orçamento dos programas 528 e 529 do OGE para 2025.

- A preocupação relativamente à taxa de execução do Ministério da Saúde.
- Timor-Leste regista atualmente uma taxa de pobreza de 42%, verificando-se maioritariamente nas mulheres.
- As doenças não contagiosas têm vindo a aumentar, sendo que, por cada 1000 pessoas, 200 sofrem de doenças cardíacas.
- Em Timor-Leste verifica-se um grande problema relacionado com a falta de capacitação dos recursos humanos. Existe uma grande quantidade de recursos humanos, mas com fraca qualidade.
- A preferência da maioria das pessoas pelo consumo de medicamentos tradicionais.
- Timor-Leste regista cada ano uma média de 7000 casos de Tuberculose, um número preocupante.
- Timor-Leste recebe um financiamento do Global Fund de 7 milhões a cada três anos.
- O Ministério da Saúde deve dar mais prioridade e investir mais na prevenção de doenças.
- O Ministério da Saúde deve investir na capacitação dos recursos humanos existente, refletindo as necessidades da população.

17. ORÇAMENTO SENSÍVEL AO GÉNERO

Análise do OGE para 2025 baseada na alocação orçamental específica para compromissos de género, como o PAN-VBG, Declaração de Maubisse, PAN-EHD, PAN-Crianças, PAN-1325 e programas alinhados com as recomendações da CEDAW.

O Orçamento Sensível ao Género (OSG) aumentou significativamente em 31%, passando de $29.285.736 (1,55% do OGE 2024) para $38.454.308 (1,81% do OGE 2025). O PAN-VBG e o PAN-Crianças mostraram aumentos significativos de 42% e 134%, respetivamente. Em contrapartida, o orçamento para o PAN-EHD foi reduzido em 5%.

Com base no marcador de género, o Governo alocou um montante de $30.4 milhões para atividades consideradas Principais na promoção da igualdade de género e um total de $195.4 milhões para atividades classificadas como Significantes. Ao comparar os orçamentos indicados com o marcador Principal e a Análise do OSG, observa-se uma diferença de aproximadamente $8 milhões. Essa discrepância pode resultar de fatores como:

- Indicação inadequada do marcador de género: ocorre quando uma atividade é marcada como principal, mas seu impacto real na promoção da igualdade de género é apenas significativo.
- Capacidade e conhecimento limitados: algumas instituições ainda carecem de capacidade e habilidades técnicas para avaliar e implementar corretamente atividades sensíveis ao género. Isso pode resultar num orçamento inflacionado com base no marcador principal.

Orsamentu Sensible ba Jéneru 2025

	2024	%	2025	%	Mudansa
Rekomendasaun CEDAW	13,691,101	47%	16,443,131	43%	20%
PAN-VBJ	688,068	2%	980,195	3%	42%
Deklarasaun Maubisse	6,669,280	23%	7,305,058	19%	10%
PAN-EHD	1,730,065	6%	1,639,529	4%	-5%
PAN-Labarik	3,447,116	12%	8,066,783	21%	134%
PAN-1325	3,060,106	10%	4,019,612	10%	31%
Total OSJ	29,285,736	100%	38,454,308	100%	31%

18. CONCLUSÕES

A Comissão F formula as seguintes conclusões:

- A Comissão F reconhece o esforço de participação dos membros do IX Governo Constitucional e dos cargos de direção e chefia das entidades

chamados para as audiências públicas e a submissão dos relatórios, através dos quais a Comissão F obteve dados credíveis.

- Diante das informações apresentadas pelos órgãos em análise nas áreas da competência da Comissão F, verifica-se a execução regular das alocações orçamentais relativas ao ano de 2024.
- Da análise da PPL, em confronto com o OGE de 2024 conclui-se que, em termos globais, para 2024, verifica-se um aumento das alocações orçamentais.
- Especificamente, registam-se aumentos nas seguintes dotações: MCAS, MS, MACLN, MSSI, CNR, HNGV, INCSIDA, INFPM, INSPTL, SNAEM, INSS e FRSS. Foram reduzidos os orçamentos das seguintes entidades: SEI, GASC, INDDICA, UNMICS.
- Por outro lado, a Comissão F constatou alguma desconformidade entre os dados apresentados nas audiências públicas e os dados inscritos na PPL e nos Livros Orçamentais.
- A Comissão F ressalva ainda que a VPU-PNTL não compareceu na audiência marcada, pelo que não foi possível questionar sobre os resultados das visitas de fiscalização realizadas pela Comissão.
- Através das audiências públicas na área da saúde, a Comissão F concluiu que Timor-Leste precisa de um laboratório de qualidade, que possa testar eficazmente os produtos importados e consumidos no mercado, como os produtos alimentares e o tabaco.

IV. RECOMENDAÇÕES

A Comissão F formula as seguintes recomendações:

a) **Secretaria de Estado da Igualdade**:

- Uniformização da designação da Secretaria de Estado da Igualdade nos documentos do OGE de 2025.

- Coordenação com o Ministério da Justiça e para a alteração à Lei contra a violência doméstica, ao Código Penal e ao Código do Processo Penal, e com o SEPFOPE para a elaboração da Lei do Trabalho Doméstico.

b) **Ministério da Solidariedade Social e Inclusão**: assegurar a conclusão das obras dos Centros de Solidariedade Social necessários para garantir o armazenamento dos apoios alimentares em condições de qualidade.

c) **Instituto Nacional de Segurança Social**:
   - Reforço da disseminação de informação sobre os benefícios da Segurança Social à população.
   - Garantir que todos os beneficiários da Segurança Social tenham acesso ao cartão de identificação.

d) **Instituto Nacional para a Defesa dos Direitos das Crianças**:
   - Continuar a dar prioridade à implementação e socialização da Lei da Proteção das Crianças e Jovens em Perigo.
   - A execução da categoria Capital de Desenvolvimento através da construção do novo edifício do INDDICA.
   - Reforçar a promoção dos direitos das crianças e prevenção da violação dos direitos das crianças.

e) **Unidade de Missão para o Combate ao *Stunting***:
   - Entrega do relatório de atividades com antecedência ao Parlamento Nacional.
   - Dar prioridade ao estabelecimento de uma linha de coordenação com o Ministério da Saúde, e à realização de campanhas de sensibilização junto da comunidade sobre nutrição e alimentação nutritiva, e não ao financiamento de organizações, visto que este apoio deve ser concedido pelo GASC.

f) **Gabinete de Apoio à Sociedade Civil:** uniformização da designação do Gabinete de Apoio à Sociedade Civil nos documentos do OGE de 2025.

g) **Ministério da Saúde**:

- O pagamento do remanescente em dívida aos hospitais no estrangeiro.
- Reduzir o número de pacientes transferidos para o estrangeiro, através da melhoria dos serviços de saúde existentes em Timor-Leste.
- Realização de reuniões trimestrais entre o MS e o Parlamento Nacional para prestação de informações.
- A transformação dos centros de isolamento em Liquiçá, Manatuto e Viqueque em Unidades de Cuidados Paliativos.
- Dar prioridade na melhoria da qualidade do Laboratório Nacional de Saúde, para haver um controlo eficaz dos produtos importados e consumidos no mercado, como os produtos alimentares.

h) **Hospital Nacional Guido Valadares**: melhoria dos serviços de saúde, para promover a confiança dos pacientes, famílias e cidadãos no serviço do HNGV, através do investimento nas infraestruturas e na formação contínua dos profissionais de saúde.

i) **Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos:** melhorar o sistema informático para garantir a disponibilidade, qualidade e distribuição dos medicamentos, reagentes e consumíveis, para atender às necessidades da população.

j) **Instituto Nacional de Saúde Pública de Timor-Leste:** assegurar a existência de reagentes no laboratório de toxicologia, através da realização de acordos com laboratórios no estrageiro de fornecimento de reagentes, tendo em conta o risco de transporte de longa distância.

k) **Ministério para Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional**: socialização da Lei n.º 3/2024, de 12 de junho, que procedeu à terceira

alteração da Lei n.º 3/2006, de 12 de abril, que aprova o Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional e nas principais mudanças dos subsídios apoios concedidos.

l) **PNTL e Ministério do Interior**: dar prioridade ao orçamento alocado à VPU e às condições de trabalho desta subsecção, prevenindo que sejam utilizados fundos próprios para a assistência às vítimas.

m) **Governo**: ter atenção ao aumento dos impostos aplicáveis ao tabaco, uma vez que estes podem ter um efeito adverso na receita do Estado, de acordo com os dados apresentados pela ETT e descritos acima.

V. PARECER

Face ao exposto, e sem prejuízo das conclusões e recomendações, e da sujeição a um escrutínio mais pormenorizado das mesmas na Especialidade, a Comissão F considera que se encontram reunidas as condições exigidas pela Constituição e pela Lei para que a PPL, na parte referente às matérias da competência material da Comissão F, possa ser apreciada em Plenário.

VI. APROVAÇÃO DO PARECER

O presente parecer foi discutido na reunião da Comissão F, que se realizou no dia 29 de outubro de 2024, estando presentes **7** Deputados, tendo sido aprovado com **7** votos a favor, **0** votos contra, e **0** abstenções.

Díli, 29 de outubro de 2024.

O Relator,

Deputado Leandro Lobato

A Presidente da Comissão,

Deputada Maria Gorumali Barreto